cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.05 06:50:40 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 5 de maio de 2023 • Nº 1553 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

**Cardeal Tempesta**

Nossa Senhora de Fátima

PÁGINA 7

VITÓRIA DE HADDAD

# Mendonça valida decisão que pode render R$ 90 bi à União

O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), voltou atrás e validou os efeitos de decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em julgamento bilionário que discutia a possibilidade de empresas usarem benefícios fiscais de ICMS para reduzir a base de incidência de dois tributos federais –no caso, IRPJ e CSLL. A decisão do STJ fecha a brecha que permite às empresas usarem os montantes relacionados a despesas correntes, restringindo o mecanismo apenas para situações em que os valores são ligados a investimentos. A mudança vinha sendo defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que foi pessoalmente ao STJ argumentar sua posição. Nos cálculos da Fazenda, as mudanças sobre a incidência do ICMS na base de cálculo de IRPJ e CSLL podem render até R$ 90 bilhões extras aos cofres do governo. PÁGINA 2

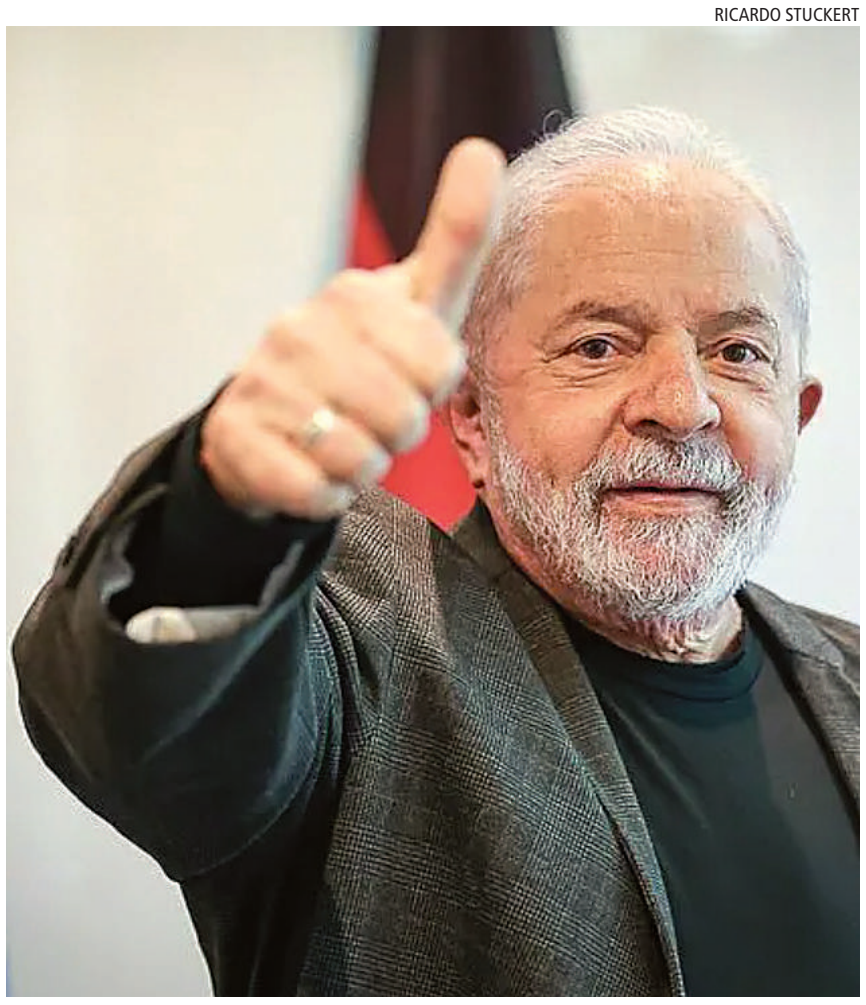
CNC

## Número de famílias endividadas fica em 78,3%

A parcela de famílias brasileiras com dívidas (em atraso ou não) chegou a 78,3% em abril de 2023. A taxa é a mesma observada em março, mas está acima dos 77,7% de abril de 2022. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A previsão é que o percentual de 78,3% se mantenha nos próximos dois meses e suba para 78,4% em julho, segundo a CNC. A pesquisa indica que a parcela de inadimplentes – aqueles que têm contas ou dívidas em atraso –, chegou a 29,1% das famílias do país, abaixo dos 29,4% de março, mas acima dos 28,6% de abril de 2022. PÁGINA 2

DINHEIRO NA CONTA

RICARDO STUCKERT



## Governo vai antecipar 13º para 30 milhões de beneficiários do INSS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou ontem um decreto para antecipar o pagamento do abono de fim de ano, chamado popularmente de 13º, para os beneficiários da Previdência Social. A medida vai atingir o benefício recebido por 30 milhões de brasileiros. O pagamento para esses beneficiários será feito em duas parcelas, em maio e junho deste ano, segundo o calendário habitual de pagamentos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O decreto foi assinado pelo mandatário poucas horas antes de seu embarque para Londres, onde participa da cerimônia de coração de Charles III. O próprio Lula anunciou a medida, em suas redes sociais. "Boa notícia para os 30 milhões de segurados do INSS. Antecipamos o pagamento do abono anual", escreveu o presidente. A antecipação do 13º para os beneficiários já vinha sendo feita anteriormente, em particular nos três últimos anos, durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL). O gasto total do governo federal com essa antecipação será R$ 62,6 bilhões. Recebem esse abono, chamado popularmente de 13º, segurados que tenham recebido neste ano aposentadoras, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio acidente ou auxílio-reclusão.

ATAQUE À CORTE

## STF derruba indulto de Bolsonaro a Daniel Silveira

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para derrubar o indulto concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). O ex-parlamentar havia sido condenado no ano passado pelo STF a 8 anos e 9 meses de prisão, em regime inicial fechado, por promover ataques aos ministros da corte e estimular os atos antidemocráticos. A condenação também previa pagamento de multa e perda dos direitos políticos, mas ele foi beneficiado por decreto expedido pelo ex-presidente extinguindo a pena. A presidente da corte, Rosa Weber, havia votado na quarta-feira pela inconstitucionalidade do decreto de Bolsonaro que autorizou o indulto. PÁGINA 7

DAY AFTER

# PF aperta o cerco e prende 50 CACs

ABRASIL

A Polícia Federal divulgou que 50 CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) foram presos pela Operação Day After ontem. São CACs que recadastraram suas armas e tinham mandado de prisão em aberto. Em entrevista à imprensa sobre a ação policial, o ministro da Justiça, Flávio Dino (**foto**), disse que 6.168 CACs não tiveram as armas recadastradas e estão em situação de flagrante, podendo ser presos e ter as armas apreendidas. "Hoje estão em flagrante de um crime porque possuem uma arma de uso restrito em desacordo com as normas legais e regulamentares. Essas pessoas devem ter as armas apreendidas e ser presas em flagrante", afirmou o titular da Justiça. Ontem, a PF deflagrou a Operação Day After para o cumprimento de dezenas de mandados de prisão preventiva, temporária e definitiva em todo o país. PÁGINA 7

## INDICADORES

**IBOVESPA: 0,37% / 102.174,34 / 377,25 / Volume: R$ 26.369.579.728 / Negócios: 4.153.739**

**Maiores Altas**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| ULTRAPAR ON NM | 16.19 | +11.81 | +1.71 |
| P.ACUCAR-CBDON NM | 15.03 | +6.67 | +0.94 |
| DEXCO ON NM | 6.48 | +7.28 | +0.44 |
| LOJAS RENNERON NM | 15.46 | +6.11 | +0.89 |
| MAGAZ LUIZA ON NM | 3.57 | +6.89 | +0.23 |

**Maiores Baixas**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| EMBRAER ON NM | 16.92 | –9.71 | –1.82 |
| SID NACIONALON ED | 12.06 | –6.22 | –0.80 |
| CARREFOUR BRON NM | 9.00 | –4.86 | –0.46 |
| GERDAU PN N1 | 23.69 | –4.13 | –1.02 |
| BRADESPAR PN ED N1 | 21.62 | –3.65 | –0.82 |

**Mais Negociadas**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| VALE ON NM | 66.86 | –3.10 | –2.14 |
| PETROBRAS PN EDR N2 | 23.02 | +1.59 | +0.36 |
| BRADESCO PN EJ N1 | 14.07 | +2.33 | +0.32 |
| ITAUUNIBANCOPN EJ N1 | 25.06 | +0.80 | +0.20 |
| PETRORIO ON NM | 32.70 | –4.11 | –1.40 |

**Bolsas no mundo**

| | Fechamento | % |
|---|---|---|
| Dow Jones | 33.127,74 | -0,86 |
| NASDAQ Composite | 11.966,398 | -0,49 |
| Euro STOXX 50 | 4.286,79 | -0,50 |
| FTSE 100 | 7.702,64 | -1,10 |
| DAX 30 | 15.734,24 | -0,51 |
| Ftse Mib | 26.670,29 | -0,61 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Salário mínimo** | R$ 1.302,00 | **IGP-M** | -0,95% (abr.) | **EURO turismo** | |
| **Ufir** | R$ 4,3329 | **IPCA 5** | 0,55% (abr.) | Compra: 5,5582 | Venda: 5,7382 |
| **Taxa Selic** | | **CDI** | | **DÓLAR Ptax - BC** | |
| (22/03) | 13,75% | 0,15 | até o dia 4/mai. | Compra: 5,0100 | Venda: 5,0106 |
| **Poupança 3** | | **OURO** | | **DÓLAR comercial** | |
| (05/5) | 0,72% | BM&F/grama | R$ 324,00 | Compra: 4,9916 | Venda: 4,9922 |
| **TR (prefixada)** | | **EURO Comercial** | | **DÓLAR turismo** | |
| (05/2023) | 0,2423% | Compra: 5,4973 | Venda: 5,4980 | Compra: 5,0130 | Venda: 5,1930 |

Economia

MERCADOS

# Bovespa fecha em ligeira alta puxada por Petrobras e bancos

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta ontem puxada por ações de empresas do setor bancário e da Petrobras, após ter operado em queda no início da tarde.

O Ibovespa (Índice Bovespa) encerrou o dia com ligeira alta de 0,37%, a 102.174 pontos. O dólar ficou praticamente estável (avanço de 0,06%), a R$ 4,993.

Em um dia de volatilidade, com a crise dos bancos regionais americanos no radar de investidores, o desempenho positivo de Petrobras e bancos, sobretudo, evitou que o índice encerrasse o dia no vermelho.

A estatal teve alta de 1,38% em suas ações ordinárias e de 1,58% nas preferenciais com a alta do petróleo Brent, que subiu 0,36%, e a divulgação de dados sobre a produção de petróleo da companhia.

Também tiveram alta as ações do Bradesco (2,33%) e do Itaú (0,8%), que estiveram entre as mais negociadas da sessão, e da Renner (6,11%). A Ultrapar teve o maior ganho do dia, com subida de 11,81%.

Na direção contrária, as ações da Vale caíram, pressionando o Ibovespa para baixo, após dados de atividade industrial da China mais fracos do que o esperado e com o aumento do preço do minério de ferro. A empresa registrou perda de 3,04% nas negociações ontem.

A pressão negativa, no entanto, veio sobretudo do cenário externo. Nos EUA, a crise bancária, que atinge instituições de médio porte, segue afetando os principais índices de ações.

O banco PacWest afirmou ontem que foi abordado por potenciais parceiros e investidores sobre uma possível venda, aprofundando ainda mais os temores do mercado.

Bancos regionais americanos têm registrado queda desde o início da semana, após a falência do First Republic, comprado pelo JP Morgan.

As ações do PacWest caíram 50,55% nesta quinta, estendendo as perdas registradas desde o início da semana. O Western Alliance, outro importante banco regional americano, caiu 38,73% no dia.

Dow Jones teve queda de 0,86%, enquanto o S&P 500 e o Nasdaq caíam 0,72% e 0,49%, respectivamente.

Os mercados também reagiram às decisões de juros da véspera. Na quarta-feira passada, o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) elevou a taxa em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 5% a 5,25%.

Após a divulgação, os mercados futuros registraram queda, especialmente os de vencimentos mais longos. Os contratos para janeiro de 2025 foram de 11,88% para 11,78%. Os para 2026 caíram de 11,58% para 11,44%, enquanto os de 2027 passavam de 11,64% para 11,52%.

IMPOSTO DE RENDA

# Receita investiga fraude de R$ 350 milhões em deduções no IR

A Receita Federal está investigando 35 mil pessoas por suposta fraude de R$ 350 milhões nas declarações do Imposto de Renda enviadas entre 2018 e 2022.

O Fisco diz ter identificado 35.230 contribuintes que teriam informado despesas médicas falsas em suas declarações de IR com o intuito de reduzir o pagamento do imposto ou aumentar a restituição. Outros 472 profissionais de saúde também estão sob investigação por terem fornecido os recibos dessas consultas e procedimentos considerados falsos.

Os contribuintes com despesas sob suspeitas e os profissionais de saúde serão intimados pela Receita e precisarão comprovar o pagamento e a prestação do serviço. O órgão informou que, em um questionamento inicial, a maioria dos contribuintes não tinha a documentação (transferência bancária, comprovante de débito, saque em dinheiro em data próxima) para provar o desembolso da quantia.

A Receita Federal tem cinco anos para a auditoria das declarações e, por isso, a investigação envolve documentos enviados entre 2018 e 2022. Em virtude deste prazo da auditoria, o contribuinte precisa guardar os documentos que comprovem as despesas informadas por cinco anos.

O órgão diz que os contribuintes envolvidos na suspeita de fraude podem regularizar a situação antes de receberem a intimação.

Para corrigir erros, o contribuinte precisa acessar a declaração antiga no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita e enviar as correções em uma declaração retificadora. Se houver alteração no valor do imposto que foi restituído a mais, será necessário emitir um Darf (Documentação de Arrecadação de Receitas Federais) e pagar a quantia.

Caso as declarações não sejam retificadas e não ocorra a comprovação dos pagamentos ou da prestação desses serviços, os envolvidos poderão pagar multas que variam de 75% a 150% do valor do imposto que deixou de ser pago e ainda responder por crimes contra a ordem tributária, falsidade ideológica e organização criminosa, dependendo do caso.

Diário do Acionista Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

VITÓRIA DE HADDAD

# Mendonça valida decisão que pode render R$ 90 bi à União

O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), voltou atrás e validou os efeitos de decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em julgamento bilionário que discutia a possibilidade de empresas usarem benefícios fiscais de ICMS para reduzir a base de incidência de dois tributos federais –no caso, IRPJ e CSLL.

A decisão do STJ fecha a brecha que permite às empresas usarem os montantes relacionados a despesas correntes, restringindo o mecanismo apenas para situações em que os valores são ligados a investimentos.

A mudança vinha sendo defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que foi pessoalmente ao STJ argumentar sua posição. Nos cálculos da Fazenda, as mudanças sobre a incidência do ICMS na base de cálculo de IRPJ e CSLL podem render até R$ 90 bilhões extras aos cofres do governo.

O montante representa uma parcela significativa do plano da equipe econômica para elevar a arrecadação em até R$ 150 bilhões por ano e, assim, reequilibrar as contas públicas.

O Ministério da Fazenda entende que a decisão de Mendonça tem aplicação imediata. Com isso, a avaliação é que Receita Federal já pode efetuar as cobranças relacionadas ao tema.

Na semana passada, Mendonça determinou a interrupção do julgamento no STJ. Como a sessão já havia começado, os magistrados decidiram dar prosseguimento. A medida cautelar do ministro do STF previa também que, caso o julgamento já tivesse começado ou tivesse sido concluído, a decisão da corte seria tornada sem efeitos até apreciação posterior do Supremo sobre o tema.

Na liminar, o ministro se baseou no fato de que há no STF um caso que trata da incidência de créditos tributários de ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins, outro tributo federal, e que, portanto, seria necessário esperar uma decisão do Supremo.

Na última terça-feira, Haddad teve uma reunião com Mendonça para tratar do tema. O chefe da pasta econômica disse ter explicado a diferença entre a decisão tomada pelo STF sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e a decisão sobre Imposto de Renda e contribuição social.

"No primeiro caso, o Supremo decidiu sobre um imposto federal incidente sobre um imposto estadual pago pelo contribuinte. Agora, trata-se de um imposto federal sobre um imposto estadual não pago. É totalmente diferente a situação", afirmou o titular da Fazenda.

Logo após a decisão, Haddad disse que o governo já esperava o recuo do ministro do STF. "Nós estávamos bem fundamentados. E vamos para outras pautas agora", disse.

No novo documento, Mendonça disse que "a plausibilidade do argumento da União pela equivocidade da interpretação efetuada pelos contribuintes ganhou força".

CNC

# Endividamento chega a 78,3% das famílias brasileiras em abril

VITOR ABDALA/ABRASIL

A parcela de famílias brasileiras com dívidas (em atraso ou não) chegou a 78,3% em abril deste ano. A taxa é a mesma observada no mês anterior, mas está acima dos 77,7% de abril de 2022.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A previsão é que o percentual de 78,3% se mantenha nos próximos dois meses e suba para 78,4% em julho, segundo a CNC.

A pesquisa indica que a parcela de inadimplentes – aqueles que têm contas ou dívidas em atraso –, chegou a 29,1% das famílias do país, abaixo dos 29,4% de março, mas acima dos 28,6% de abril de 2022. O aumento ocorreu principalmente na classe média.

Aqueles que não terão condição de pagar suas dívidas somaram 11,6%, percentual superior aos 11,5% de março e aos 10,9% de abril do ano anterior. “Quem tem dívidas atrasadas há mais tempo segue enfrentando dificuldade de sair da inadimplência em função dos juros elevados, que pioram as despesas financeiras”, destaca a economista da CNC Izis Ferreira.

A cada 100 consumidores inadimplentes em abril, 45 estavam com atrasos por mais de três meses. Segundo a Peic, muitos consumidores têm recorrido ao crédito pessoal, modalidade em que os juros tiveram o menor crescimento (média de 42% ao ano), para pagar dívidas mais caras, como do cartão rotativo, por exemplo.

Do total de consumidores endividados, 86,8% têm dívidas no cartão de crédito e 9% com crédito pessoal. O uso dessa modalidade de crédito é o maior em um ano, enquanto o do crédito pessoal supera os últimos seis meses, de acordo com a CNC.

PETROBRAS

# Transpetro prepara estudo para voltar a construir navios no Brasil

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, anunciou ontem que a prioridade da nova gestão é voltar a construir navios no Brasil. A subsidiária da Petrobras atualmente tem 26 navios e contrata os serviços de outros dez de origem estrangeira. A empresa criou um grupo de trabalho interno para fazer um levantamento em até 60 dias sobre as demandas do setor, a situação dos estaleiros e os custos envolvidos nas operações. Além disso, há tratativas com órgãos do governo federal para a construção de navios entrar no rol de prioridades de investimentos, por entender que há um potencial grande de geração de empregos.

Bacci garantiu que o esforço vai ser acompanhado de uma preocupação com a probidade financeira e administrativa, a partir da criação de mecanismos para evitar desvios e operações ilícitas.

“Nós vamos construir navios, mas não será a qualquer preço e a qualquer prazo. Precisamos de parâmetros para não ter problemas”, afirmou o presidente. “Na terça-feira, eu fui até Brasília visitar a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) para que eles acompanhem desde o momento zero esse projeto de construção de navios. Eu quero acompanhamento de perto dos órgãos de controle. E as duas instituições se colocaram à disposição para fazer esse trabalho”.

Em termos financeiros, a Transpetro informou que é superavitária e não tem problemas de caixa. Dentre as fontes disponíveis de recursos está o Fundo da Marinha Mercante, constituído em 1958 para financiar a indústria naval. Mas a companhia também está se juntando à Petrobras e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na Comissão Mista que vai discutir outras possibilidades de investimentos.

PRIVATIZAÇÃO

# AGU deve ir ao STF contra venda da Eletrobras

A AGU (Advocacia-Geral da União) prepara uma Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal nos próximos dias, questionando a privatização da Eletrobras. A previsão é de que seja protocolada nos próximos dias.

A medida é resultado de uma missão dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro Jorge Messias logo no início do governo para tentar ampliar o poder de decisão da União na empresa privatizada em junho do ano passado.

Pessoas que participaram das discussões afirmam que Lula pediu a Messias para buscar uma saída jurídica.

A ação, ainda segundo pessoas que participaram das discussões, não tenta cancelar o processo de capitalização, que, no ano passado, injetou R$ 37 bilhões na companhia, diluindo a participação do governo.

O que causa desconforto a Lula é o fato de a União deter quase 35% das ações, mas votar no conselho da empresa com apenas 10% das ações. O governo quer ter mais influências nas decisões.

Cogitou-se pedir que bancos públicos adquirissem ações para ter assento no conselho, mas essa ideia foi abandonada, porque se configuraria formação de bloco de controle, algo vetado pelo estatuto da nova companhia e também pelo mercado de capitais.

A ADI também é uma forma de estressar ao máximo a situação na empresa para que o governo possa negociar mudanças no estatuto junto aos atuais acionistas que têm representantes no conselho de administração.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

**Governo do Estado do Rio de Janeiro**
**Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social**
**Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro**
**CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607**
**Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2022**

CEHAB - RJ

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Diretoria ficará à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários, estando à disposição, também, para exames dos Senhores Acionistas na íntegra, o Relatório de Diretoria e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇAO DO RIO DE JANEIRO**
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em Milhares de Reais)

| ATIVO | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 04 | 4.575 | 4.327 |
| **Créditos a Receber** | | | |
| Contas a Receber | 05 | 6.883 | 4.067 |
| Cessão de Servidores | 06 | 1.887 | 1.874 |
| (-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | 06 | (1.213) | (1.213) |
| Adiantamentos a Empregados | | 389 | 173 |
| Indenizações de Seguro Habitacional a Receber | 07 | 136.558 | 128.257 |
| Cotas Financeiras a Receber | 08 | 20.162 | 34.935 |
| Outros Recebíveis | 09 | 48 | 48 |
| Empréstimos e Financiamentos | 10 | 172.974 | 170.881 |
| Outros Depósitos | 11 | 1.322 | 1.322 |
| Estoques | 3.04 | 121 | 124 |
| Devedores por Responsabilidade | | 153 | 153 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **343.859** | **344.948** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Recursos a Receber do Estado | | 559 | 559 |
| Vendas Compromissadas | 15 | 11.974 | 12.247 |
| FCVS a Receber | 16 | 420.422 | 419.297 |
| Imóveis para Venda | NEII | 56.399 | 56.399 |
| Recursos Vinculados - Depósitos Judiciais | 17 | 12.473 | 12.473 |
| **Total do Realizável a Longo Prazo** | | **501.827** | **500.975** |
| **Investimentos** | 12 | 38 | 38 |
| **Imobilizado** | 13 | 858 | 1.094 |
| **Intangível** | 14 | 15 | 35 |
| **Total do Ativo Não Circulante** | | **502.738** | **502.142** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **846.597** | **847.090** |

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇAO DO RIO DE JANEIRO**
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em Milhares de Reais)

| PASSIVO | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores a Pagar | 18 | 11.447 | 28.088 |
| Pessoal a Pagar | | 9.048 | 8.991 |
| Pensão Alimentícia | | 4 | 4 |
| Encargos Sociais a Recolher | | 262 | 452 |
| INSS a Recolher | | 5.605 | 2.434 |
| IRRF a Recolher | | 167 | 859 |
| Impostos e Contribuições | | 1.864 | 1.391 |
| Outras Obrigações | 21 | 6.535 | 5.977 |
| Dívidas Assumidas pelo Estado (Curto Prazo) | | 5 | 5 |
| Seguros a Pagar | 19 | 227.375 | 216.119 |
| FCVS a Pagar | 20 | 42.477 | 40.138 |
| **Total do Passivo Circulante** | | **304.789** | **304.458** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Outras Obrigações - Parcelamento PERT (REFIS IV) | 21 | 10.640 | 12.446 |
| Dívidas Assumidas pelo Estado | 22 | 363.965 | 358.052 |
| Provisões - Indenizações Trabalhistas | 24 | 45.113 | 45.113 |
| Outras Provisões | 24 | 9.155 | 9.155 |
| **Total do Passivo Não Circulante** | | **428.873** | **424.766** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| Capital Social | 25 | 242.168 | 242.168 |
| Reservas de Reavaliação | | 28.478 | 28.478 |
| Prejuízos Acumulados | 26 | (157.711) | (152.780) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **112.935** | **117.866** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **846.597** | **847.090** |

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇAO DO RIO DE JANEIRO**
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2022**
(Em Milhares de Reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS OPERACIONAIS** | | **565.253** | **152.644** |
| Receitas Governamentais | DR-1 | 551.499 | 143.449 |
| Receitas de Comercialização e Administração de Créditos | DR-2 | 13.754 | 9.195 |
| **(-) CUSTOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | **(447.202)** | **(67.575)** |
| De Produção | DR-4 | (447.202) | (67.575) |
| De Comercialização e Administração de Créditos | DR-5 | - | - |
| **(=) Lucro/Prejuízo Bruto** | | **118.051** | **85.069** |
| ***Receitas (Despesas) Operacionais*** | | **(91.641)** | **(59.842)** |
| *Pessoal e Encargos* | DR-6 | (61.791) | (50.986) |
| Despesas com Materiais | DR-7 | (37) | (21) |
| Despesas de Serviços | DR-8 | (27.561) | (7.880) |
| Despesas Tributárias | DR-9 | (2.252) | (955) |
| ***Resultado Financeiro Líquido*** | | **(2.339)** | **(2.217)** |
| *Despesas Financeiras* | DR-10 | (2.339) | (2.217) |
| Receitas Financeiras | DR-3 | - | - |
| **(=) RESULTADO OPERACIONAL** | | **24.071** | **23.010** |
| ***Outras Receitas / Despesas Operacionais*** | DR-11 | **(28.961)** | **(24.006)** |
| ***LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO*** | | **(4.890)** | **(996)** |
| **Prejuízo por Ação** | | **(0.0000)** | **(0.0000)** |

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇAO DO RIO DE JANEIRO**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO**
**ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2022 - MÉTODO INDIRETO**
(Em Milhares de Reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Prejuízo do Exercício** | **(4.890)** | **(996)** |
| Ajustes: | | |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | (41) | 24.535 |
| Depreciação e Amortização | 207 | 208 |
| Atualização de Dívidas | 7.310 | 508 |
| Atualização Monetária e Multas sobre Empréstimos com Mutuários | (1.125) | (613) |
| **Lucro Líquido do Exercício Ajustado** | **1.461** | **23.642** |
| Créditos a Receber | 1.607 | (29.776) |
| Estoques | 3 | (7) |
| Realizável a Longo Prazo | - | - |
| **(Aumento) ou Diminuição do Ativo** | **1.610** | **(29.783)** |
| Fornecedores | (16.641) | 1.948 |
| Obrigações Sociais e Tributárias | 2.820 | (2.321) |
| Outras Contas a Pagar | 11.055 | 7.211 |
| Pagamento de Empréstimos e Financiamentos | (105) | (243) |
| **Aumento ou (Diminuição) do Passivo** | **(2.871)** | **6.595** |
| **Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais** | **200** | **454** |
| **DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Depósitos Bancários Vinculados | - | (38) |
| Aumento/Baixa de Ativo Imobilizado | 49 | (29) |
| **Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento** | **49** | **(67)** |
| **AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **249** | **387** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício** | **4.327** | **3.940** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício** | **4.575** | **4.327** |

**COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇAO DO RIO DE JANEIRO**
**MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO**
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em Milhares de Reais)

| | Capital Social | Doações Subvenções | Reserva Legal | Reserva de Reavaliação | Dividendos Não distribuidos | Lucro (Prejuizos) Acumulados | Patrimônio Líquido Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **242.168** | **-** | **-** | **28.478** | **-** | **(176.319)** | **94.327** |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | | | | | 24.535 | 24.535 |
| Ingresso | | | | | | - | - |
| Lucro ou Prejuízo do Exercício | | | | | | (996) | (996) |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **242.168** | **-** | **-** | **28.478** | **-** | **(152.780)** | **117.866** |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | | | | | (41) | (41) |
| Ingresso | | | | | | - | - |
| Lucro ou Prejuízo do Exercício | | | | | | (4.890) | (4.890) |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **242.168** | **-** | **-** | **28.478** | **-** | **(157.711)** | **112.935** |

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
Em Milhares de Reais

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.1 – ATUAL - CONTEXTO OPERACIONAL**
A Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB – RJ é uma sociedade anônima de economia mista, órgão da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, criada pela Lei Estadual nº 263, de 24 de dezembro de 1962, com a denominação social de Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara – COHAB – GB.
Em 1975, por força dos artigos 5, 6, 7 e 8 do Decreto Lei Estadual nº 39, de 24/03/1975, a COHAB-GB incorporou a Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro – COHAB-RJ, alterando, por consequência, a sua razão social para Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB-RJ, que permanece até esta data.

A CEHAB tem como objetivo:
I – Prover o direito à moradia adequada de interesse social nas áreas urbanas e rural do Estado do Rio de Janeiro;
II – Planejamento global e setorial, produção e comercialização de unidades habitacionais de interesse social, obedecidos os critérios e normas estabelecidas pelo Governo do Estado e pela legislação federal;
III – Aquisição, urbanização e venda de terrenos;
IV – Exercício de atividades de construção civil, para si ou para terceiros;
V – Apoio a programas e projetos de desenvolvimento comunitários;
VI – Atuar como agente financeiro e promotor do Sistema Financeiro da Habitação, ou outro que o substitua, em todo território do Estado do Rio de Janeiro;
VII - Recuperações e infraestrutura no âmbito de áreas deterioradas no Estado do Rio de Janeiro.

**1.2 – NOVO CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.2.1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**
Em abril de 2021, a CEHAB iniciou o exercício de Planejamento Estratégico envolvendo a Alta Administração e Gestores de todas as Áreas Finalísticas e de Suporte, dando forma e personalidade à empresa, distinguindo-a de seus competidores. Definindo a sua identidade estratégica e assim, apresentando o que a Companhia almeja ser ou onde pretende chegar. Iniciando-se, desta forma, a implantação do Plano de Ação, para atingimento dos objetivos atuais e futuros, conforme segue.

**Negócio da CEHAB-RJ:** Habitar com bem-estar social.

**Visão da CEHAB-RJ 2030:** Ser reconhecida, nacionalmente, como a melhor Companhia de habitação com bem-estar social, buscando reduzir o déficit habitacional, de forma sustentável.

**Missão da CEHAB-RJ:** Oferecer as melhores soluções em habitação, com compromisso social e sustentável.
**Valores da CEHAB-RJ:**
Persistência em criar o futuro.
Interlocução e interação nas áreas de interesse social.
Compromisso com a mudança e a inovação.
Foco na qualidade das produções habitacionais.
Responsabilidade socioambiental continuada.

**1.2.2 – GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE**
Ante a necessidade obrigatória de adequar a CEHAB-RJ, sociedade anônima de economia mista, de atender aos dispostos da Lei 13.303/16 – Lei das Estatais, regulamentada pelo Decreto 46.188/2017, foi instituído pela Portaria 138 de 2021 um Grupo de Trabalho tendo como objetivo preponderante, estudo de instrumentos que viabilizem as adequações legais, ainda pendentes, com destaque na regulamentação relativa às práticas de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e "Compliance" - GRC e efetivo cumprimento do Objeto Social.

Este GT GRC, concluiu cinco de sete fases planejadas, para decisão da Alta Administração, quais sejam:

1. Mapeamento da Lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017 e
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC.

Considerando que as sete fases do trabalho são:
1. Mapeamento da lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017;
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC;
3. Redesenho de Organograma Detalhado e Regimento Interno;
4. Matriz de Risco a partir do Plano de Negócios;
5. Redesenho dos Processos e Fluxo Íntegrado - validando a proposta da fase 2;
6. Matriz SWOT e
7. Entrega do Relatório Final com a implantação da área da GRC.

No final do exercício de 2022, a CEHAB-RJ, concluiu o seu Plano de Negócios, o que servirá de norte às novas Políticas de Habitação Social que deverão ser definidas e priorizadas no Governo do Estado com atuação da Nova Secretaria de Habitação, criada na estrutura no novo Governo.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

**Governo do Estado do Rio de Janeiro**
**Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social**
**Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro**
**CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607**
**Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2022**

CEHAB - RJ

No presente momento, com a parceria da **SEPLAG**, através da Equipe da Subsecretária de Gestão e Modernização - **SUMOB**, Superintendência de Simplificação de Processos e Serviços – **SPSIMP**, via Coordenação do Escritório de Processos e Inovação – **EPERJ,** para promover a reformulação geral de todos os processos finalísticos e de suporte, de forma moderna e inovadora, e mais a Revisão do Estatuto e Regimento Interno, com a participação dos 40 multiplicadores empregados da Cia. O resultado deste trabalho será a base para estabelecer os controles interno, um dos pilares da GRC.

**NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está se adaptando aos reflexos produzidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, para reconhecimento de sua íntegralidade, bem como pela Lei 13.303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e Decreto Estadual 46.188/17 que o regulamenta no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**
No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**3.02 Caixa e Equivalentes de Caixa**
Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários de livre movimentação, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, pertencentes a terceiros, oriundas de cauções e retenções contratuais, com o objetivo de garantir a integridade do contrato e valores à Disposição do Tesouro do Estado, oriundos de recursos próprios – Fonte 230.

• **Bancos Conta Movimento e Vinculada a Convênios**
Refere-se aos pagamentos das obrigações contraídas pela CEHAB-RJ para o desenvolvimento de suas atividades, custeados pelo Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, em obediência ao Orçamento Estadual, e em conformidade com a decisão do Governo do Estado. Aquelas obrigações relativas a investimentos em obras foram custeadas com a participação do Estado, através do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - **FEHIS.**

• **Aplicações Financeiras**
Referem-se às aplicações financeiras dos recursos de terceiros, relativas a retenções contratuais sobre faturamentos de obras, contratos, em sua grande maioria anterior a 2001.

• **Limite de Saque com Vinculação de Pagamento**
Conta que substituiu a antiga Conta Depósitos à Disposição no Tesouro, relativa aos valores recebidos pela Companhia - Fontes Própria/Estado e depositados no Tesouro Estadual, oriundos de arrecadação de mutuários, de recursos de terceiros relativos às retenções contratuais de obras em espécie, acrescentando-se os recursos de obras do **FEHIS** de responsabilidade exclusiva do Estado, aplicados em Recuperação de Conjuntos Habitacionais, Construção e Urbanização.

**3.03 Prestações a Receber**
Corresponde, no Ativo Circulante, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB – RJ, os demais valores referentes ao saldo devedor.
As prestações a receber de mutuários, inicialmente, são reconhecidas pelo valor do contrato de financiamento. Os trabalhos de depuração dos contratos de financiamentos, continuam sendo desenvolvidos na empresa, objetivando a correção de distorções na Carteira Imobiliária, e consequentemente a apuração das diferenças e seus reflexos serão objeto a posteriori de ajustes contábeis e de valor justo, vide Nota 22.

**3.04 Estoques**
Os estoques foram valorados ao custo de aquisição.

**3.05 Outros Ativos**
Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

**3.06 Imóveis para Venda**
Referem-se ao estoque de unidades habitacionais destinadas à venda ou para inserção em Programas de Interesses Sociais em atendimento a população de baixa renda.

**3.07 Investimentos**
Os investimentos avaliados pelo método de custo estão apresentados ao custo de aquisição.

**3.08 Imobilizado**
É demonstrado ao custo de aquisição deduzido das depreciações que são calculadas com base no método linear e avaliação, conforme legislação vigente, vide Nota 13.

**3.09 Fornecedores a Pagar**
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato.

**3.10 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes**
Outros passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata die".

**3.11 Apuração do Resultado**
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. Porém no exercício de 2022, em função da Rotina estabelecida no SIAFE-RIO, as Despesas de Exercícios Anteriores Pagas foram contabilizadas no Resultado de Exercícios Anteriores (Patrimônio Líquido).

**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Banco conta movimento | 363 | 283 |
| Aplicações financeiras | 122 | 115 |
| Limite de Saque com Vinculação de Pagamento | 4.090 | 3.929 |
| | **4.575** | **4.327** |

**4.2 O Saldo das Aplicações Financeiras** correspondem as Contas de Poupança, relativas a retenções contratuais, anteriores a 2001, cujos valores foram parte bloqueados para depósitos judiciais.

**4.3 O Saldo da Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento** corresponde basicamente à indenização por desapropriação de imóvel na Av. dos Campeões, em 2017, no valor de R$ 3,256 milhões, que sofreu arresto judicial, tendo como consequência a não quitação de diversos compromissos com fornecedores de serviços, bem como valores não utilizados no Exercício Fonte 230.

| | | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| Fonte 081 | Recursos Não Orçamentários – Rec. Terceiros | 147 | 139 |
| Fonte 100 | Recursos do Estado – Provenientes de Impostos | 8 | 9 |
| Fonte 230 | Recursos Próprios – Arrecadação | 679 | 525 |
| Fonte 233 | Recursos Próprios – Alienação de Bens | 3.256 | 3.256 |
| | | **4.090** | **3.929** |

**NOTA 5 – CONTAS A RECEBER**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Aluguéis a Receber | 6.883 | 4.067 |
| | **6.883** | **4.067** |

Referem-se à prestação do aluguel de março/2020 a dezembro/2022 de um terreno locado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, cujo vencimento é no dia 10 do mês subsequente. A pendência está sendo tratada pelo SEI-170029/000340/2020 e SEI-170029/000044/2022. Os referidos valores se constituem por penhoras judiciais no processo nº 0113000-33.1995.5.01.0023.

**NOTA 6 – CESSÃO DE SERVIDORES**
Referem-se aos funcionários da CEHAB-RJ, à disposição de órgãos municipais, estaduais e federais, sem ônus para o Estado, cujo ressarcimento é efetuado pelos órgãos requisitantes. No exercício de 2014 foi constituída a "Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa", tendo em vista que ao longo de todos esses anos de cobrança administrativa não logrou êxito suficiente. Os demais créditos vêm sendo ressarcidos, via emissão de Guia de Recolhimento do Estado – **GRE.**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cessão de Servidores | 1.887 | 1.874 |
| (-) Prov. p/ Cred. Liq. Duvidosa | (1.213) | (1.213) |
| | **674** | **661** |

**NOTA 7– INDENIZAÇÕES DE SEGURO HABITACIONAL A RECEBER**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Indenizações a Receber | 136.558 | 128.257 |
| | **136.558** | **128.257** |

Referem-se às indenizações represadas pelas Companhias de Seguro Habitacional, correspondentes aos sinistros por morte ou invalidez permanente ocorridos de 1989 até 31 de dezembro de 2022.
As tratativas entre as partes interessadas estão em andamento, face às divergências entre débitos (Prêmios de Seguros a Pagar) e créditos, que estão sendo apurados, para questionamento com a CAIXA e a consequente negociação - encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso e pagamento, vide Nota 16.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Indenizações a Receber | 136.558 | 128.257 |
| Seguro a Pagar-Financiamento | 227.375 | 216.119 |
| **Diferença** | **- 90.817** | **- 87.862** |

**NOTA 8 – COTAS FINANCEIRAS A RECEBER**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cotas Financeiras a Receber | 20.162 | 34.935 |

Referem-se a valores a serem liberados pelo Governo do Estado de compromissos assumidos no exercício de 2022 e anteriores.

**NOTA 9 - OUTROS RECEBÍVEIS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Taxas e Multas a Receber | 14 | 14 |
| Demais Créditos a Receber | 34 | 34 |
| Outros Valores em Trânsito | - | - |
| | **48** | **48** |

Refere-se a valores de recebíveis de multa aplicada em contratos de obras e outros em trânsito.

**NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (PRESTAÇÕES A RECEBER)**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Financiamentos Concedidos | 80.228 | 80.111 |
| Seguros a Faturar | 4.474 | 3.958 |
| FCVS a Faturar | (56) | (56) |
| Financiamentos Repassados **RIOURBE** | 88.328 | 86.868 |
| | **172.974** | **170.881** |

Correspondem, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB – RJ, dos seus acessórios de seguro habitacional e FCVS, vide Nota 22. O outro valor de relevância neste grupo de contas, refere-se ao financiamento repassado a **RIOURBE,** relativos aos empreendimentos Bangu I e Bangu II, cujas prestações dos contratos estão vencidas e não pagas, com taxa de juros de 9% a.a.
Nos exercícios de 2017 e 2018, em operação conjunta entre a CEHAB e a antiga Secretaria de Obras e Habitação – SEOBRAS, foram feitas tratativas para a Cobrança da Dívida, daquela empresa com a CEHAB-RJ, bem como ajustes de valores nos contratos respectivos. Sem lograr êxito nas negociações, a empresa impetrou ação judicial sob o **nº 0321100-03.2018.8.19.0001** estando em curso a promoção de ação civil contra a **RIOURBE.**
Em 2022 a atual gestão, reativou as tratativas administrativas com a RIOURBE sem resultados positivos, o que em Ata da 985ª Reunião Ordinária da Diretoria, ficou decidido pelo Colegiado proceder tratativas políticas, junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de negociações que garantam o equilíbrio patrimonial da Companhia. Nesse valor contábil não estão ainda considerados os juros de mora.

**NOTA 11 - OUTROS DEPÓSITOS**
Referem-se aos valores bloqueados judicialmente em contas correntes e de poupança da CEHAB-RJ e de terceiros.

**NOTA 12 – INVESTIMENTOS**
Referem-se às participações da CEHAB-RJ no capital de empresas do Estado e Concessionária de Serviços Públicos.

**NOTA 13 – IMOBILIZADO**

| Discriminação | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Aquisições | Baixas | Ajuste Depreciação | Depreciação anual | 2022 Valor residual | 2021 Valor residual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bens Imóveis | 535 | (447) | - | - | - | - | 88 | 88 |
| Bens Móveis | 2.045 | (1.040) | 40 | (88) | - | (187) | 770 | 1.006 |
| **TOTAL** | **2.580** | **(1.487)** | **40** | **(88)** | **-** | **(187)** | **858** | **1.094** |

A taxa de depreciação para bens móveis é de 10% a.a.

**NOTA 14 – INTANGÍVEL**
Refere-se às aquisições de SOFTWARE, efetuadas em exercício anterior, para o desenvolvimento das atividades da empresa.

**NOTA 15 - DEVEDORES POR VENDAS COMPROMISSADAS**
Correspondem às prestações vincendas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB-RJ. Os valores, ainda não estão, totalmente, conciliados. Estes contratos, encontram-se em fase de depuração, visando à apuração de diferenças e os consequentes ajustes contábeis, Vide Nota 22.

**NOTA 16 - FCVS A RECEBER**
Referem-se a contratos de financiamentos concedidos aos mutuários com cláusulas de cobertura do FCVS que tiveram seus respectivos prazos contratuais encerrados e que estão em processo de habilitação, análise e homologação, junto à Administradora do FCVS/CAIXA, cuja situação da documentação encontra-se em análise e reprocessamento, em 31/12/2022 e na CEHAB-RJ. Em função da depuração dos contratos e ajustes no Sistema, os valores do Balanço deverão ser ajustados com os da CAIXA, após todas as etapas de análise final das habilitações, dos recursos e da auditoria. Assim será possível compatibilizar os saldos com os contábeis, ambos sofrerão ajustes, conforme se segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Habilitados c/ RCV homologados c/ valor | 25.939 | 24.678 |
| Auditados | 25.939 | 18.162 |
| Não auditados | - | 6.516 |
| Encerrados e Liquidados | - | - |
| Habilitados em análise na CAIXA | 368.845 | 368.981 |
| A habilitar | 25.638 | 25.638 |
| | **420.422** | **419.297** |

A Diretoria Executiva, através da Ata 971ª Reunião, aprovou a contratação de Auditoria Independente objetivando propiciar o equacionamento de pendências relacionadas à realização de direitos creditórios dos contratos com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), decisão esta referendada pelos Conselhos Fiscal e de Administração, através das Atas 574ª e 353ª respectivamente. Ao final desta Auditoria a Cia poderá tomar decisão quanto a melhor forma de novar o total dos direitos creditórios, propiciando alavancagem da situação patrimonial e resolvendo, definitivamente as principais pendências das contas de balanço, correspondentes às notas explicativas 7,10,16,19 e 20, além de quitar parte de pendências fiscais citadas na nota 23.
O trabalho de auditoria já foi iniciado no final de 2022.
O Estudo apresentado pela Diretoria de Operações Imobiliárias e aprovado atualizado com valores em 31/12/2021 demonstra três cenários abaixo:

| | ATIVO (1) | PASSIVO (2) | A-P (3) (s/ deságio) | A-P (4) (c/ deságio 36% FCVS a receber) | A-P (5) (c/ deságio 50% FCVS a receber |
|---|---|---|---|---|---|
| FCVS a receber | 419.297 | | | 268.350 | 209.648 |
| Seguro Habitacional a receber | 128.257 | | | 128.257 | 128.257 |
| Seguro Habitacional a pagar | | 216.119 | | | |
| FCVS a pagar trimestral/mensal | | 40.138 | | | |
| Pendências Fiscais | | 14.283 | | | |
| SUBTOTAL | | | | 396.607 | 337.905 |
| TOTAL | **547.554** | **270.540** | **277.014** | **126.067** | **67.365** |

OBS: Resultado entre A-P (3) = calculado pela diferença entre os totais das colunas 1 e 2 resultados.

A partir do quadro acima observamos que, se quitadas as **dívidas registradas** no Passivo, que somam **64,52% do valor do FCVS a Receber**, restaria líquido aos cofres da CEHAB-RJ aproximadamente, no 1º cenário **R$ 126.067 milhões** e em um 2º cenário, mais realista e com valores de mercado, **R$ 67.365 milhões,** ainda assim, seria um bom negócio.

**NOTA 17 - RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS**
Refere-se aos depósitos judiciais recursais, que, atualmente, encontram-se em fase de pesquisa e análise contábil, para futura conciliação com a Coordenadoria Jurídica

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Recursos Vinculados | 12.473 | 12.473 |

**NOTA 18 - FORNECEDORES A PAGAR**
Face à promulgação do Decreto 45.692/2016 e, atualmente, à Lei 5.273/21, que tratam da situação de calamidade pública e falimentar do ESTADO e a sua Recuperação Fiscal.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Restos a Pagar | 8.246 | 24.639 |
| Demais | 3.201 | 3.449 |
| | **11.447** | **28.088** |

**NOTA 19 – SEGUROS A PAGAR**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Seguros a Pagar | 227.375 | 216.119 |

Referem-se aos valores constantes das faturas emitidas pelas Companhias Seguradoras relativas aos prêmios do seguro habitacional de cada unidade comercializada pela CEHAB-RJ.
As Indenizações de Sinistros Represadas serão objeto de encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso.
Os pagamentos mensais dos prêmios faturados de 2001 a 2010, estão suspensos e fazem parte do estudo, ora desenvolvido e aprovado, quanto ao parcelamento com a CAIXA e a CEHAB-RJ, enquanto as dívidas até 2000, poderão ser quitadas com Recursos a Receber do FCVS, quando da novação das dívidas, vide Nota 16.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

**Governo do Estado do Rio de Janeiro**
**Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social**
**Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro**
**CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607**
**Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2022**

CEHAB - RJ

**NOTA 20 – FCVS A PAGAR**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Mensal | 110 | 104 |
| Trimestral | 41.902 | 39.604 |
| Sifcvs/Recursos | 465 | 430 |
| | **42.477** | **40.138** |

**20.1 Trimestral**
Contribuição trimestral dos agentes financeiros sobre os saldos devedores dos contratos de financiamentos com cobertura do FCVS, a partir de 4º trim. /1984 até o 4º trim. /2000. Os custos incidentes trimestrais sobre a dívida são: mora 0,033 ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente. As cobranças foram encerradas com a edição da Lei 10.150/2000. Não ocorreu nenhuma Contribuição Trimestral até a presente data, vide Nota 16.

**20.2 Mensal**
Contribuição mensal de 3% sobre (A+J) das prestações dos mutuários. Existe uma diferença de dívida, relativas às Contribuições Mensais ao FCVS, relativos aos exercícios de 1991 a jun/2005 em meses intercalados.
Os custos incidentes mensais sobre a dívida são: mora 0,033 % ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente, vide Nota 16.

**20.3 Multa por Não Apresentação de Recursos**
À medida que os agentes financeiros perdem seus prazos para recursos exigidos de documentação e informações, relativos aos contratos com cláusula de FCVS habilitados e em fase de análise da documentação, é cobrada multa mensal de R$ 0,38 + TR sobre cada contrato de financiamento, que vai se acumulando, se constituindo em dívidas financeiras, vide Nota 16.

**NOTA 21 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**
Refere-se aos valores de contribuições e tributos, correspondentes à ADESÃO ao Programa Especial de Regularização Tributária - **PERT**, ocorrido em 2017.

**NOTA 22 – DÍVIDAS ASSUMIDAS PELO ESTADO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Não Circulante | 363.965 | 358.052 |

Contrato de Confissão, Assunção e Ressarcimento de Dívida, com base na Lei Estadual nº 2.002, de 05 de maio de 1992, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB- RJ, através do qual essa Companhia comprometeu-se a entregar ao Estado, como forma de ressarcimento, o somatório das receitas recebidas da totalidade de seus mutuários, corrigida mensalmente pela UPR.
Face à aplicação da Lei Estadual 4.512/2005, que permitiu a quitação das prestações dos mutuários do SFH com cláusulas contratuais de FCVS, sem a devida alteração neste contrato, houve um enorme desequilíbrio no ATIVO e uma total incapacidade de quitação do PASSIVO. Assim, em 2018 o Estado do Rio de Janeiro, promoveu uma capitalização no mesmo valor da quitação do Ativo. O mesmo está sendo solicitado, atualmente, para o restante do saldo (SEI 170029/001137/2022).

**NOTA 23 – PROCEDIMENTO DA RFB**
Em 22 de dezembro de 2012, foi lavrado o Procedimento Fiscal nº **07110800.2010.01301, Processo 12448.731.339-2012-23**, pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, contendo 04 (quatro) tributos, correspondentes ao Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social e Contribuição Para o PIS/PASEP, referente à data-base de 31 de dezembro de 2008. O presente Auto de Infração resultou na constituição de créditos tributários pela DRF nos seguintes valores:

| Tributos | 2022 | 2021 | 2012 |
|---|---|---|---|
| IRPJ - Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica | 11.069 | 10.476 | 5.456 |
| CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido | 4.022 | 3.807 | 1.982 |
| COFINS - Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social | 21.725 | 20.587 | 10.785 |
| PIS - Contribuição Para o PIS/PASEP | 4.717 | 4.469 | 2.341 |
| **TOTAL** | **41.533** | **39.339** | **20.564** |

A CEHAB ajuizou, na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Ação Anulatória com tutela de Urgência de Débito Fiscal por dependência à Execução Fiscal 0162475-69.2016.4.02.5101, alegando prescrição das Certidões de Dívida Ativa, sendo em 2021,concedida sentença dando como parcialmente procedente apenas para decretar a nulidade do pedido relativo aos tributos de COFINS e PIS/PASEP no montante de R$ 26.442 (vinte e seis milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil) - DAs nºs 70716004910700 (PIS) e 7061601797620 (COFINS). Restando em recurso pela nulidade também dos débitos relativos ao IRPJ e a CSLL.

**NOTA 24 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**
Referem-se à provisões para indenizações trabalhistas R$ 45.113 milhões e provisões para causas cíveis R$ 9.155 milhões.
Conforme informações recebidas da Coordenadoria Jurídica da Entidade em 30 de dezembro de 2013, os processos trabalhistas identificados e quantificados deduzidos das reversões ocorridas em 2015 até 31/12/2022 totalizam o seguinte montante:

| Contingências Trabalhistas | R$ |
|---|---|
| Provável | 45.113 |
| Possível | 174 |
| **Total** | **45.287** |

Salienta-se que o valor informado pela Coordenadoria Jurídica não representa a totalidade dos processos trabalhistas existentes, mas, tão somente aqueles conciliados, identificados e quantificados no exercício de 2013. No momento, estão sendo efetuados os levantamentos de todas as ações entre a Coordenadoria Jurídica da CEHAB e a Procuradoria Geral do Estado e Judiciário, no sentido de atualizar e mensurar as principais demandas coletivas.
Há que se ressaltar, que as demandas do dissídio 2007 e 2008, estão sendo tratadas em ações de conciliações individuais, resultando em êxito financeiro para a CEHAB-RJ, e os recursos para pagamento serão disponibilizados pelo ESTADO, através de Requisições de Pequeno Valor - RPV e Precatórios, em andamento na Justiça Trabalhista e as demais demandas, sem efeito no Balanço da CEHAB-RJ.
As provisões para Contingências Cíveis estão sendo elaboradas e mensuradas, pela atual Coordenadoria Jurídica da CEHAB-RJ, portanto, não há como atestar que os valores provisionados contabilmente são suficientes para cobrir eventuais perdas com estes processos.

**NOTA 25 – CAPITAL SOCIAL**
O Capital Social da Companhia é representado por 3.339.375.679 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente Integralizado, sendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro o acionista majoritário.

**NOTA 26 – PREJUÍZOS ACUMULADOS**

| | Resultado Exercício Societário |
|---|---|
| Prejuízo Acumulado Exercícios Anteriores | (152.780) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores a 2022 | (41) |
| Prejuízo do Exercício de 2022 | (4.890) |
| **Prejuízo Acumulado 2022** | **(157.711)** |

**NOTA 27 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ABRANGENTE**
A Companhia elaborou sua Demonstração de Resultados de forma a abranger todas as suas operações normais, bem como as eventuais e atípicas, de forma a dispensar a elaboração de demonstração em separado. As Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2022, serão apreciadas pelos membros do Conselho de Administração.

**NOTA 28 – FATOR RELEVANTE**
O quadro abaixo apresenta os itens que geraram o impacto no Resultado do Exercício.

**IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO – QUADRO I**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Ass. Dívida | (6.018) | - |
| Seg. a Pagar | (10.718) | (6.899) |
| Despesa Sem Prévio Empenho | - | - |
| FCVS a Pagar | (2.339) | (2.217) |
| Atualização /Ajuste Cons. PERT | (1.292) | (508) |
| Baixa de RCV | - | - |
| Liberação Depósito Judicial | - | - |
| Receita – RCV | 1.125 | 613 |
| Receita Ind. a Receber | 8.301 | 5.997 |
| Receita Aluguel PUC/ Arrecadação | 2.816 | 2.400 |
| Atualização Depósito Judicial | - | 37 |
| Encargos RioUrbe | 1.460 | - |
| Cancelamento de Restos a Pagar | - | - |
| Demais Receitas e Despesas | 1.775 | (419) |
| **Impacto Anual** | **(4.890)** | **(996)** |

**NOTAS ESPECIAIS**

**I) Exigibilidades Contingentes**

Existem contingências de natureza passiva nas áreas trabalhistas, cível e tributária de estimativa elevada que afetam a posição patrimonial da Empresa, porém ainda não foi possível a total mensuração pelo setor jurídico. Por outro lado, existem valores de dívidas de mutuários com IPTU em diversas Prefeituras do Estado, cujas cobranças estão sendo aplicadas à CEHAB-RJ, por solidariedade, e ainda não foi possível a mensuração total desses valores. Estas dívidas vem sendo judicializadas com ganhos da Companhia, suspensos provisoriamente até parecer final do STF, baseado na imunidade recíproca. O Capital Social da Companhia se compõe de 99,97% Estado e Município 0,03. Apenas 290 ações são de capital privado em um contexto de 3.339.375.679 (três bilhões, trezentos e trinta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove) de ações.

**II) Bens Imóveis para Vendas**

O módulo de Cadastro Imobiliário faz parte do Sistema Íntegrado de Gestão Imobiliária – SIGI e está sendo desenvolvido e depurado pela CEHAB-RJ, pela Diretoria de Operações Imobiliárias, quando então será possível a realização de ajuste operacional e contábil.

**III) Adesão à Lei 11.941/09 - REFIS e Lei 13.496/17 - PERT**

Em junho de 2011 foi efetivada a adesão à Lei 11.941/09, com o parcelamento de até 180 cotas, cujos reflexos contábeis vêm ocorrendo nas Contas do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante e na Conta de Resultados com dotações orçamentárias na Fonte 100. Em agosto de 2017, a CEHAB fez adesão à Lei 13.496/17 – PERT, cujas quitações vêm sendo garantidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo o valor da dívida em 31 de dezembro de 2022 de R$ 13.669 milhões de reais.

**IV) Adoção das Novas Normas Contábeis**

A CEHAB-RJ sempre buscou atender às práticas contábeis adotadas no Brasil, com ênfase nos **CPC´s** editados, no entanto, face ao grau de complexidade na aplicação de certos itens das normas, a empresa pretende atendê-los de forma fidedigna no decorrer dos exercícios subsequentes.
Abaixo, apresentamos os assuntos importantes de Contabilidade e Auditoria que pretendemos implementar na Empresa.

**CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS –** A CEHAB-RJ, através da Portaria 122, de 25/11/2015, providenciou os cálculos dos procedimentos de teste de impairment. Este trabalho foi concluído em 2016 e registrado em início 2017, e será continuado em cada exercício dos anos subsequentes, sempre no mesmo período, visando os ajustes contábeis necessários e face ao Manual de Ajustes e Depreciação dos Bens Móveis, elaborado pela Contadoria do Estado.

**CPC 03 (R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA –** Desde a vigência da Lei 11.638/07 a CEHAB tem adotado essa demonstração.

**CPC 04 – ATIVO INTANGÍVEL** – A Companhia desenvolveu sistema informatizado próprio e encontra-se em pleno funcionamento.

**CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE** – Os ativos e passivos não circulantes estão sendo apresentados pelos valores presentes de realização.

**CPC 16 - ESTOQUES –** Os estoques estão registrados pelo seu valor original, sem que se tenha estimada a probabilidade de perda com os mesmos.

**CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES** – As provisões não estão em conformidade com esse pronunciamento, conforme nota explicativa 24.

**CPC 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS –** Já foram concluídos os trabalhos e a adequação às normas internacionais deste pronunciamento, apresentando o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa.

**CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO** – Conforme mencionado no CPC 01, após diagnóstico do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 103 de 30 de dezembro de 2014, foram efetuados os ajustes necessários para em observância a esta norma, em nov/ 2017.

**OBSERVAÇÃO:** A presente numeração das Notas Explicativas, composta pelas NOTAS 1 a 28, mais as NOTAS ESPECIAIS de I a IV, refere-se, exclusivamente, às Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 à disposição dos interessados da informação contábil em atendimento à legislação pertinente.

**Ângelo Monteiro Pinto**
Diretor Presidente
CPF 678.354.067-72

**Guilherme Martins Bencardino**
Diretor Vice-Presidente
CPF 109.546.637-21

**Carlos França Vilela**
Diretor de Administração e Finanças
CPF 402.505.397-72

**Reginaldo Jardim Ferreira**
Diretor de Projetos e Obras
CPF 713.610.657-53

**Oswaldo Berge Filho**
Diretor de Operações Imobiliárias
CPF 800.178.277-87

**Maicon Rego Paim**
Contador - CRC-RJ 112588/O-4
CPF 109.500.247-32

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

À Diretoria da **Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ)**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ)**, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as leis vigentes, exceto quanto aos eventos relacionados aos valores de direitos do FCVS, do Imobilizado e Provisões Judiciais Contingentes, inexistência adequada de solução para a situação dos empregados efetivos.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CEHAB-RJ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **COM RESSALVA.**

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.**

Obtivemos todas as outras informações antes da data do seu relatório e identificamos distorção relevante nas outras informações, sendo destaques os valores apresentados como direitos do FCVS, do Imobilizado e Provisões Judiciais Contingentes, inexistência adequada de solução para a situação dos empregados efetivos.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CEHAB-RJ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CEHAB-RJ** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas em relação à capacidade de continuidade operacional da **CEHAB**, exceto aos pontos elencados pela ressalva.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Coronel Fabriciano, 03 de abril de 2023.

**Lage & Lage Auditores e Consultores Associados - EPP**
CRC nº: MG-005916/O-0

**Walmir Moreira Lage**
CRC nº: MG-057671/O-6
CNAI nº: 3979

**OUTONO:** Sol com poucas nuvens. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** 30º 21º 5% 06:14 17:26

**TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.**
CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9

**Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27/04/2023 - 1. Data, Hora e Local**: No dia 27/04/2023, às 17:00hs, na sede da Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. ("Companhia"), na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22250-040. **2. Convocação e Presença**: Ficaram dispensadas as formalidades de convocação em vista da presença de todos os membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração participaram por meio de videoconferência, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, sendo a reunião realizada na sede da Companhia para todos os fins legais. **3. Composição da Mesa**: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: (i) reeleição de membros da Diretoria da Companhia para mandato com prazo unificado de 1 (um) ano; e (ii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta Reunião. **5. Deliberações**: Dando início aos trabalhos, o Presidente declarou que atendeu a todos os requisitos para a realização desta reunião e registrou que a presente ata será lavrada em forma de sumário. Foram aprovadas, *pela unanimidade* dos conselheiros e *sem qualquer ressalva*, as seguintes deliberações: (i) aprovação da reeleição dos seguintes diretores, para um mandato unificado com prazo de 1 (um) ano a contar da presente data ou até a data de realização da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, o que ocorrer primeiro: **(a) VAGNER ALEXANDRE SERRATTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.347.493-4 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 997.036.459-68, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, Leblon, CEP 22.431-002, para ocupar o cargo de Diretor da Companhia; e **(b) ANA PAULA POUSA BACALTCHUC DE SALLES FONSECA**, brasileira, casada, economista, portadora do RG nº 09.712.232-9 - DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.141.547-31, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, Leblon, CEP 22.431-002, para ocupar o cargo de Diretora da Companhia. **5.1.1.** Os Diretores ora reeleitos foram investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse em livro próprio, onde prestaram as declarações exigidas em lei, tendo cada um deles declarado que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) atende ao requisito da reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, ficando consignado que o respectivo instrumento de posse foi arquivado na sede da Companhia. (ii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta Reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e assinada pela Mesa, que certificou a presença dos membros do Conselho de Administração que participaram e votaram à distância. **7. Conselheiros Presentes**: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Sisconetto Lemos. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, 27/04/2023. **Mesa: José Guilherme Cruz Souza** - *Presidente da Mesa;* **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - *Secretária.* JUCERJA: Certifico o arquivamento em 03/05/2023 sob o nº 00005452936, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

**Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE**
CNPJ/MF nº 05.494.917/0001-03 – NIRE 33.300.321.195

**Ata da Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 11/11/2022**

**1. Data, Local e Hora:** No dia 11/11/2022, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 14:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** retificar a deliberação 6.3. das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária ocorridas em 23/03/2022; **(ii)** deliberar sobre a declaração e distribuição de dividendos complementares conforme artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; **(iv)** deliberar sobre a reversão parcial da reserva legal e sua destinação; **(v)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** Retificar a deliberação aprovada no item 6.3. das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária de 23/03/2022, alterando o item (iii), pois por um equívoco, constou a deliberação para reserva especial no montante de 64.261.154,68, quando na realidade deveria ser de R$ 60.289.435,71. **5.1.1.** Consequentemente, os acionistas também aprovam a retificação do item 6.3.1., passando os referidos itens alterados a vigorarem com a seguinte redação: ***"6.3.*** *Aprovar a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2021 (Anexo I), cujo valor total é de* ***R$ 141.223.961,70****, destinando: (...)* ***(i) R$ 60.289.435,71****, correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, à constituição* ***da Reserva Especial****, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.* ***6.3.1.*** *Aprovar, ainda, a destinação à* ***Reserva Especial*** *do montante adicional de R$ 3.971.718,97, correspondente à realização da avaliação patrimonial, totalizando, assim,* ***R$ 64.261.154,68****, o valor total destinado à* ***Reserva Especial."*** **5.2.** Aprovar o pagamento de dividendos complementares, no valor total de **R$ 9.061.154,71** à conta da Reserva Especial, constituída com base nos lucros apurados no balanço patrimonial da Sociedade do exercício social encerrado em 31.12.2021. **5.3.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 1.738.845,29** da Companhia, passando de R$ 96.625.019,93 para R$ 94.886.174,64. **5.3.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social é R$ 94.886.174,64, dividido em 91.063.670 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **5.4.** Os valores, ora declarados nos itens 5.2. e 5.3., serão pagos aos acionistas, conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: Brookfield Energia Renovável S.A.; 91.063.669 Ações Ordinárias; 99,9999989%; R$10.799.999,85. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; 1 Ação Ordinária; 0,0000011%; R$0,12. **Total: 91.063.670 Ações Ordinárias; 100%; R$10.800.000,00. 5.5.** Aprovar a reversão parcial da Reserva Legal, no montante de R$290.000,00, e a sua destinação à constituição da **Reserva Especial**, conforme exposto a seguir. (i) Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) Conforme o balanço do exercício encerrado em 31.12.2021, aprovado em conformidade com as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária de 23/03/2022, a reserva legal da Companhia contava com o montante de R$ 19.325.003,99; (iii) Nesta data, os acionistas aprovaram a redução de seu capital social, que passou a ser de R$ 94.886.174,64, sendo, portanto, de R$ 18.977.234,93 o limite dessa reserva. (iv) Portanto, a reserva legal descrita no item (ii) ultrapassa o limite legal em R$290.000,00. **5.6.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **7. Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar, foi lavrada esta ata. **8. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. Acionista: Elera Renováveis S.A. e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ, 11/11/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

CARRO ALEGÓRICO

# MP denuncia 8 pessoas por morte de menina esmagada

O Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou, na quarta-feira passada, oito pessoas pela morte da menina Raquel Antunes da Silva, 11, no carnaval de 2022. A criança morreu após ser prensada entre um poste e um carro alegórico da escola de samba Em Cima da Hora, da Série Ouro (antigo Grupo de Acesso) dos desfiles cariocas.

Foram denunciados o presidente administrativo da agremiação, Flavio Azevedo da Silva; o engenheiro civil Daniel Oliveira Junior; o coordenador de dispersão José Crispim da Silva Neto; o motorista do caminhão reboque Carlos Eduardo Cruz; e o auxiliar de dispersão Rodney Dionizio Melo. Também foi oferecida denúncia contra o presidente da Liga-RJ (Liga das Escolas de Samba da Série Ouro), Wallace Alves Palhares; o diretor da entidade Cícero Cristiano André; e a integrante Carla Ardelino.

Flavio, Wallace, Cícero, Daniel e José foram denunciados sob suspeita de homicídio culposo (sem intenção) qualificado. Rodney e Carla por suspeita de homicídio culposo; e Carlos Eduardo foi denunciado por homicídio culposo na direção de veículo.

De acordo com a Promotoria, "os denunciados praticaram condutas que, isolada ou conjuntamente, por imperícia, negligência ou imprudência, resultaram na morte da menina".

Raquel estava em cima da alegoria e foi esmagada no momento em que o carro alegórico abre-alas da escola de samba se chocou em um poste. Imagens de câmeras no local mostraram que, naquele momento, várias crianças estavam perto da alegoria, algumas para tirar fotos.

Na denúncia, os promotores responsáveis ressaltaram que não havia pessoas suficientes na área de dispersão aptas a orientar o condutor do reboque e escoltar o carro alegórico.

Também não havia, de acordo com a Promotoria, fiscalização por parte da Liga-RJ e autorização prévia do Corpo de Bombeiros para o desfile da alegoria, que já apresentava problemas técnicos.

A investigação da Polícia Civil também já havia apontado que foram descumpridas normas técnicas, assim como cometidas irregularidades no que diz respeito ao Código Nacional de Trânsito, entre outras ilegalidades. Além disso, segundo a polícia, o veículo apresentava falta de manutenção, oferecendo riscos severos de acidente e incêndio. No inquérito concluído, em janeiro, cinco pessoas foram indiciadas por suspeita de homicídio doloso, ou seja, quando há intenção de matar.

As mesmas pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público, mas pelo crime de homicídio culposo, sem intenção de matar. A Promotoria entendeu que não havia provas de dolo, mas adicionou à denúncia dois membros da comissão de dispersão, que não estavam no local no momento do acidente, e um guia frontal do caminhão que fazia o reboque do carro alegórico. Segundo os promotores, ele estava ciente das condições de segurança precárias e prosseguiu com a manobra que acabou causando o acidente.

A denúncia, da 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Centro e Zona Portuária, foi oferecida a 29ª Vara Criminal da Capital.

### OUTRO CASO

Em 2017, um acidente com um carro alegórico da escola de samba Paraíso do Tuiuti deixou 20 pessoas feridas no Sambódromo, na primeira noite de desfiles do Grupo Especial do Rio.

As vítimas foram prensadas pelo último carro alegórico da escola, que abriu os desfiles após subir para a primeira divisão do carnaval carioca. O veículo avançou sem controle para a esquerda sobre a grade da arquibancada.

TRAGÉDIA ABORTADA

# Turbina de avião pega fogo em decolagem no Santos Dumont

Um avião da GOL teve que pousar após a turbina pegar fogo durante decolagem no fim da tarde desta quinta-feira no aeroporto Santos Dumont, no Rio.

O voo G3 2040 operava na rota Rio de Janeiro (SDU) para Porto Alegre (POA), às 17h20, quando a decolagem foi interrompida por uma falha técnica no motor.

A decisão de interromper a decolagem ocorreu nos primeiros metros da pista do aeroporto, segundo a GOL.

As operações do aeroporto já foram retomadas após ficarem suspensas das 17h27 às 18h26 em razão de detritos deixados na pista pelas chamas. Não houve feridos na intercorrência.

Um vídeo compartilhado por um passageiro mostra o fogo próximo a uma das asas da aeronave.

"A tripulação cumpriu os procedimentos previstos e retornou para a posição de estacionamento para realizar o desembarque, que ocorreu sem intercorrências. Para minimizar os impactos aos Clientes, a Companhia está disponibilizando acomodações nos próximos voos. A GOL reforça que todos os procedimentos foram realizados com foco na Segurança, valor número 1 da Companhia", declarou a GOL em nota.

COOPERAÇÃO

# Castro recebe comitiva de Cabo Verde para estabelecer relações

RJ.GOV.BR

O governador Cláudio Castro recebeu, ontem, o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Ulisses de Pina Correia e Silva, e comitiva, para uma visita de cortesia no Palácio Guanabara. Durante o encontro, foram discutidos assuntos de interesses comuns, como turismo, transição energética, ambiente e transformação digital, para desenvolver relações de cooperação entre os governos do Rio de Janeiro e de Cabo Verde.

Para o chefe do Executivo fluminense, as diversas conversas bilaterais que vêm acontecendo entre o Governo e outros países são fundamentais para reforçar o compromisso com a sua gestão em prol da população do estado.

"Esses encontros e trocas de experiências sinalizam ações importantes, por isso é uma honra receber a comitiva de Cabo Verde aqui. Em 2020 nós começamos um grande processo de transformação digital no Governo do Estado. Fomos à Espanha, Dinamarca e Inglaterra e acabamos escolhendo um modelo similar ao da Estônia. Em até três anos, este será um governo com um serviço público totalmente digitalizado", disse Cláudio Castro.

Cláudio Castro também ressaltou a importância da cultura africana para o povo fluminense e lembrou a realização do lançamento do primeiro edital para comunidades remanescentes para a cultura quilombola.

"Esse edital, feito em novembro, foi uma forma de valorizar a diversidade, as demandas e as experiências culturais de comunidades com longa tradição. É um resgate de uma herança histórica muito importante para o Rio de Janeiro", explicou o governador.

Para o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Ulisses de Pina Correia e Silva, que veio ao Rio para participar das atividades do Web Summit, o maior evento de tecnologia do mundo, o encontro foi de grande importância.

"Nós já temos relações muito privilegiadas com o Brasil em nível federal, mas a nossa opção é também desenvolver relações de cooperação em nível estadual. E o Rio de Janeiro é um dos estados que representam muito o que já temos de relação entre Cabo Verde e Brasil. Nós temos uma culinária que chegou ao Rio no século 19. Além disso, temos um nível de desenvolvimento muito grande em áreas que temos interesse em comum, como a transição energética, a economia azul, a transformação digital, a cultura. O Rio é um estado com o qual temos particular interesse em estabelecer boa relação de cooperação econômica", declarou o primeiro-ministro.

## AMIDO GLUCOSE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ: 13.025.614/0001-70

**Relatório da Diretoria**: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar para apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 2021. Colocamo-nos ao inteiro dispor para prestarmos os esclarecimentos que se julgarem necessários. A Diretoria.

**Balanços Patrimoniais Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021**

| | 2022/R$ | 2021/R$ |
|---|---|---|
| **ATIVO** | **883.966** | **876.262** |
| **CIRCULANTE** | **883.966** | **828.457** |
| Disponibilidades | 400 | 1.372 |
| Impostos a Recuperar | 340.683 | 340.683 |
| Crédito a receber | 542.883 | 486.402 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **-** | **47.805** |
| Depósitos Judiciais | - | 21.840 |
| Empréstimos Compulsórios | - | 12.138 |
| Investimentos | - | 13.827 |
| **PASSIVO** | **883.966** | **876.262** |
| **CIRCULANTE** | **7.680** | **-** |
| Fornecedores e Credores Diversos | 7.680 | - |
| **NÃO CIRCULANTE** | **876.286** | **876.262** |
| Mútuo Cias. Associadas | 657.470 | 657.470 |
| Capital Social | 201.833 | 201.833 |
| Reserva de Capital | 656.643 | 656.643 |
| Prejuízos Acumulados | -639.660 | -639.685 |

**Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021**

| | 2022/R$ | 2021/R$ |
|---|---|---|
| Despesas Administrativas | -14.930 | -476 |
| Despesas Financeiras | -22.812 | -341 |
| Receitas Financeiras | 63.732 | |
| Despesas não operacionais | -25.965 | |
| **Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício** | **25** | **-817** |

**Notas Explicativas Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021**

**Nota 1 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** Os valores realizáveis e exigíveis no prazo de 365 dias são apresentados respectivamente no Ativo e Passivo Circulante. **Nota 2 - Capital Social:** O Capital Social, subscrito e integralizado é composto de 80.883.175 milhares de ações sem valor nominal como segue: **Tipo/Quantidade**: Ordinárias: 69.327.257; Preferenciais: 11.555.918; **Totais: 80.883.175. Nota 3:** A sociedade encontra-se com as atividades paralisadas.

**Demonstracão das Mutacões do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/2022 E 2021**

| | Capital Social/R$ | Reserva de Capital/R$ | Prejuízos Acumuls./R$ | Patrimônio Líquido/R$ |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | **201.834** | **656.644** | **-638.869** | **219.609** |
| Prejuízo do Exercício | - | - | -816 | -816 |
| **Saldo em 31/12/2021** | **201.834** | **656.644** | **-639.685** | **218.793** |
| Prejuízo do Exercício | - | - | 25 | 25 |
| **Saldo em 31/12/2022** | **201.834** | **656.644** | **-639.660** | **218.818** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Conselho de Administração**
**Presidente:** Edmundo Xavier Tiengo
**Membro:** Ricardo Quintanilha Tiengo; **Membro:** José Guilherme Chut
**Diretoria: Diretor-Presidente** - Edmundo Xavier Tiengo
**Diretor Administrativo** - Marcia Regina Micas

**Contador:** Jorge Soares da Silva - CRCRJ 044280 - CPF 339.808.617-91.

BOLSONARISMO

# PF prende 50 CACs e diz que 6.168 não recadastraram armas

A Polícia Federal divulgou que 50 CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) foram presos pela Operação Day After ontem. São CACs que recadastraram suas armas e tinham mandado de prisão em aberto.

Em entrevista à imprensa sobre a ação policial, o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que 6.168 CACs não tiveram as armas recadastradas e estão em situação de flagrante, podendo ser presos e ter as armas apreendidas.

"Hoje estão em flagrante de um crime porque possuem uma arma de uso restrito em desacordo com as normas legais e regulamentares. Essas pessoas devem ter as armas apreendidas e ser presas em flagrante", afirmou o titular da Justiça.

Ontem, a PF deflagrou a Operação Day After para o cumprimento de dezenas de mandados de prisão preventiva, temporária e definitiva em todo o país. Os alvos são pessoas que não preenchem requisitos legais de idoneidade para ter registro de CAC.

Um dos requisitos para se obter posse/porte de arma de fogo é a idoneidade. Se a pessoa responde a qualquer procedimento criminal ou civil (no caso de dívida por não pagamento de pensão alimentícia), ela não atende a exigência.

### PRAZO ACABOU

Em fevereiro, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia determinado que as armas de CACs adquiridas a partir de maio de 2019 deveriam ser registradas na Polícia Federal em até 60 dias. Até então, elas ficavam cadastradas no banco do Exército.

O secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, disse que as pessoas que não fizeram o recadastramento têm alguma "razão obscura".

Como a Folha de S.Paulo mostrou, um membro da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) conseguiu obter o certificado de registro de CAC no Exército Brasileiro mesmo tendo uma ficha corrida com 16 processos criminais, incluindo cinco indiciamentos por crimes como homicídio qualificado e tráfico de drogas. Em audiência na Câmara nesta quarta, o ministro Flávio Dino disse que a campanha de recadastramento foi um sucesso.

ATAQUE À CORTE

# STF forma maioria para derrubar indulto de Bolsonaro a Silveira

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para derrubar o indulto concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ).

O ex-parlamentar havia sido condenado no ano passado pelo STF a 8 anos e 9 meses de prisão, em regime inicial fechado, por promover ataques aos ministros da corte e estimular os atos antidemocráticos. A condenação também previa pagamento de multa e perda dos direitos políticos, mas ele foi beneficiado por decreto expedido pelo ex-presidente extinguindo a pena.

Em nota, a defesa de Silveira classificou o julgamento como "pão e circo".

A presidente da corte, Rosa Weber, havia votado na quarta-feira pela inconstitucionalidade do decreto de Bolsonaro que autorizou o indulto. Ela é a relatora de quatro ações apresentadas pela Rede, PDT, Cidadania e PSOL contrárias ao benefício.

Rosa afirmou que o ex-presidente editou decreto individual "absolutamente desconectado do interesse público" e que o seu objetivo "foi beneficiar aliado político de primeira hora legitimamente condenado criminalmente pelo STF".

"O chefe do Poder Executivo federal, ao assim proceder, não obstante detivesse aparentemente competência para tanto, subverteu a regra e violou princípios constitucionais produzindo ato com efeitos inadmissíveis para a ordem jurídica", disse.

Seguiram o mesmo entendimento os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

Os dois ministros indicados ao Supremo por Bolsonaro, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, divergiram de Rosa e defenderam a manutenção do indulto a Silveira.

Barroso, que fez um dos votos mais enfáticos do julgamento, afirmou que a condenação não havia desrespeitado os limites da proteção à liberdade de expressão.

CRIME ELEITORAL

# TSE cassa prefeito de Brusque e torna Luciano Hang inelegível

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu ontem cassar os mandatos do prefeito de Brusque (SC), Ari Vequi (MDB), e do vice-prefeito, Gilmar Doerner (Republicanos), por abuso de poder econômico nas eleições municipais de 2020. Por 5 votos a 2, a corte eleitoral tornou ambos inelegíveis, assim como o empresário Luciano Hang.

O colegiado entendeu que Hang usou a estrutura de sua empresa, a rede de lojas Havan, para fazer campanha em favor do candidato.

Segundo o TSE, os partidos Podemos, PT, PSB e PV dizem na ação que o empresário fez divulgação em massa de vídeos no Instagram em prol dos envolvidos. Afirmam que bens, funcionários, fornecedores, além de ações de marketing e da própria marca foram usados para favorecer a chapa vitoriosa.

Ao processo foram anexados 28 vídeos publicados no Instagram de Hang em que o empresário usa de alguma forma a estrutura da Havan ou de outras empresas ligadas a ela para fazer campanha para Vequi.

Em um dos vídeos citados, de 14 de novembro de 2020, véspera da eleição, Hang entrevista funcionárias venezuelanas da Havan e recomenda que a comunidade de Brusque "não vote no 13". Em outro vídeo citado, do dia anterior, o empresário faz uma live dentro de uma loja da Havan com o então candidato Vequi.

Hang também fez postagens entrevistando funcionários e fornecedores da Havan em que diz que o "desemprego foi plantado pelo PT" e que o partido havia deixado um "rastro de destruição". Outra publicação citada é a convocação de Hang para uma carreata por Vequi cuja concentração seria no estacionamento da Uniasselvi, faculdade que também pertence ao empresário.

Dois dias antes da eleição, Hang fez um vídeo usando um caminhão da Havan pedindo para que os eleitores de Brusque "façam o Voto Útil" e pedindo votos para Vequi.

A PEDIDO DE LULA

# Novo GSI diz que buscará equilíbrio entre civis e militares

O novo ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Marcos Antonio Amaro, afirmou que uma das suas missões no comado do órgão será buscar um "equilíbrio na ocupação de cargos" entre civis e militares, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Amaro afirmou que alguns cargos do GSI são específicos para militares, mas por outro lado citou duas secretarias do gabinete --que tratam de governança de temas, como o programa nuclear e o sistema do espaço aéreo brasileiro-- nas quais é possível incluir civis "sem prejuízo" na atuação.

Ele tomou posse ontem como o novo ministro do GSI, em uma cerimônia fechada e discreta, no gabinete de Lula. O militar substituiu o também general Gonçalves Dias, que pediu demissão.

FIOCRUZ

# Crianças: Covid-19 recua, mas crescem infecções respiratórias

O boletim semanal Infogripe, divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), revela uma tendência de queda dos casos de Covid-19 entre os registros de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). De outro lado, o levantamento chama a atenção para as infecções pelo Vírus Sincicial Respiratório (VSR) entre crianças. Além disso, aponta aumento das ocorrências de influenza A e B em diversos estados.

A SRAG é uma complicação respiratória que demanda hospitalização e está associada muitas vezes ao agravamento de alguma infecção viral. O paciente pode apresentar desconforto respiratório e queda no nível de saturação de oxigênio, entre outros sintomas. Os dados atualizados apontam que - nas últimas quatro semanas epidemiológicas - a Covid-19 estava relacionada a 29,5% dos casos de SRAG com resultado positivo para alguma infecção viral. Já o VSR representou 48,6%. Quando se observa apenas os quadros de SRAG que evoluíram a óbito, 65,8% estão associados à Covid-19. O VSR é uma das principais causas de infecções das vias respiratórias e pulmões em recém-nascidos. Ele é responsável por aproximadamente 75% das bronquiolites e 40% das pneumonias em crianças até 2 anos de idade. Nessa faixa etária, cerca de 10% a 15% dos casos demandam internação hospitalar. Em adultos cardiopatas ou com problemas crônicos no pulmão, o VSR também pode gerar quadros que necessitam mais cuidados.

De acordo com o boletim, 17 das 27 unidades da federação registram sinal de crescimento de ocorrências de SRAG na tendência de longo prazo. Em sete delas, o avanço dos casos se relaciona fundamentalmente com a infecção de VSR entre o público infantil: Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe.

Pesquisadores da Fiocruz explicam que, embora não exista imunizante para esse vírus, infecções podem ser evitadas levando as crianças para tomar as vacinas contra a gripe e contra a covid-19. Isso porque, elas terão menos risco de desenvolverem problemas respiratórios, evitando a ida aos hospitais, onde ficariam mais expostas ao VSR.

Entre a população adulta, o levantamento da Fiocruz aponta que a covid-19 se mantém predominante nos registros de SRAG associados à alguma infeção viral. No entanto, seu impacto vem se reduzindo, ao mesmo tempo em que surgem casos de influenza A e influenza B. O Boletim Infogripe leva em conta as notificações de SRAG registradas no Sivep-gripe, sistema de informação mantido pelo Ministério de Saúde e alimentado por estados e municípios.

## Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

# Nossa Senhora de Fátima

Celebramos, no dia 13 de maio de 2023, a memória facultativa de Nossa Senhora de Fátima. É a mesma Mãe de Jesus, só que onde Ela aparece, recebe um título diferente, a depender da localidade e circunstância da aparição. Nossa Senhora de Fátima é uma santa popular aqui no Brasil, têm diversas paróquias com o título de Nossa Senhora de Fátima e os fiéis festejam bastante, sobretudo, a significativa colônia portuguesa existente no Brasil.

O mês de maio é por excelência o Mês Mariano, justamente por celebrarmos Nossa Senhora de Fátima, no dia 13, Nossa Senhora Auxiliadora, no dia 24, Nossa Senhora Mãe da Igreja, no dia 29, e a Visitação de Nossa Senhora, no dia 31. Além do Dia das Mães, que este ano será comemorado no dia 14. Durante o mês de maio, somos convidados a rezar o terço, por isso, se possível, reze o terço nesse dia dedicado a Nossa Senhora de Fátima. As paróquias, além das missas, nesse dia dedicado a Virgem de Fátima, promovem a oração do terço.

A aparição de Nossa Senhora de Fátima aconteceu em 13 de maio de 1917. Este ano completam 105 anos da primeira aparição. Primeira aparição, porque após 13 de maio de 1917, Nossa Senhora apareceu mais cinco vezes aos pastorinhos, até o mês de outubro. Nossa Senhora de Fátima apareceu a três pastorinhos: Lucia de Jesus Santos e seus primos Francisco e Jacinta Marto, todos na faixa etária dos 10, 9 e 7 anos, respectivamente. Eles tiveram uma visão de Nossa Senhora no local denominado como Cova da Iria.

Nossa Senhora sempre quando aparece a alguém é para ajudar em alguma situação difícil ou revelar que Deus nos ama mesmo diante da dificuldade. Nossa Senhora ensina que podemos perder tudo, menos a fé. E assim, como nas Bodas de Caná da Galileia, Ela intercede a Deus por seus filhos. Nossa Senhora diz: “Fazei tudo o que Ele vos disser”. Ela nos ensina a confiar na graça e na misericórdia do Senhor. Nossa Senhora é aquela que anuncia a paz e acalma o coração.

Lúcia via e conversava com Nossa Senhora de Fátima, Francisco só via e não ouvia os diálogos, Jacinta via e ouvia, mas não conversava com Nossa Senhora de Fátima. Os três descreveram a aparição de Nossa Senhora da seguinte forma: “*Parecia ter uns 18 anos a senhora, rodeada de claridade fulgurante, seu vestido era de uma alvura puríssima, assim como o manto ornado de ouro, que lhe cobria a cabeça e grande parte do corpo*”. Eles disseram ainda: “*O rosto sobrenatural e divino, estava sereno e grave, com uma sombra de tristeza. Em suas mãos, uma cruz de ouro com um terço em contas que pareciam pérolas, e de seu corpo, especialmente do rosto irradiavam feixes de luz, incomparavelmente superior a qualquer beleza humana*”.

Nossa Senhora de Fátima trazia uma preocupação consigo, por isso, os pastorinhos a descrevem com o rosto sereno e grave, com uma sombra de tristeza. A Humanidade estava com o coração distante do Senhor e só pensava em guerra. Em meio à Primeira Guerra Mundial, Nossa Senhora pede para que os pastorinhos rezassem pela paz mundial e pelo fim da guerra. A oração que eles deveriam fazer é o santo terço. A mensagem que Nossa Senhora de Fátima traz é de conversão e arrependimento. Ela diz que somente por meio da oração é possível alcançar a paz, e para eles não terem medo, pois ela era do céu.

Nossa Senhora de Fátima insiste com eles sobre a oração do terço, pois somente com muita oração o comunismo cairia. Ela disse isso e, de fato, aconteceu. A oração e a Igreja, através do Papa São João Paulo II, tiveram papel decisivo na queda do muro de Berlim e, como consequência, do comunismo.

Nossa Senhora de Fátima pergunta às crianças se elas aceitariam voltar por mais cincos meses naquele mesmo local e na mesma hora ao longo do ano. As crianças aceitaram e voltaram (dentro do possível) naquele mesmo local nos meses seguintes. Ao longo das aparições, Nossa Senhora revelou às crianças alguns segredos e dentre esses segredos, ela fala sobre o atentado que o Papa São Joao Paulo II iria sofrer.

Em uma das aparições, Nossa Senhora de Fátima ensinou aos pastorinhos a oração que rezamos sempre ao final de cada mistério do terço. Ela disse a eles: “*Quando rezarem o terço, digam após cada mistério; ó meu Jesus, perdoai-nos, livrai-nos do fogo do inferno, levai as almas todas para o Céu, principalmente aquelas que mais precisarem*”. Nossa Senhora de Fátima previa que a Humanidade estava com o coração longe de Deus, mergulhada no pecado e próxima do inferno e não do céu. Após a terceira aparição, o povo começou a acreditar naquilo que as crianças diziam, e cada vez mais se aglomeravam mais pessoas, e na última aparição o número de pessoas chegou a 30 mil.

Na sexta aparição, Nossa Senhora de Fátima disse à Lúcia que com o dinheiro arrecadado com as doações deveria ser construído naquele local uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, pois Ela sempre aparecia com o terço na mão. Foi acrescentado ‘Fátima’, por ela ter aparecido na cidade de Fátima.

Fátima nos ensina o caminho da oração e do amor ao próximo, que Ela interceda pelo nosso país e o mundo e o livre da guerra e da violência. Que a Virgem de Fátima interceda pelo Papa Francisco e pela Igreja e que o Espírito Santo renove o coração de cada fiel. Já se passaram 106 anos, mas a mensagem de Fátima é sempre atual, sobretudo, façamos tudo aquilo que o Senhor nos disser.

**OUTONO:** Sol com poucas nuvens. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** 30º 19º 5% 06:27 17:38

INVESTIGAÇÃO

# Justiça quebra sigilo de delegada suspeita de favorecer Brennand

A delegada Nuris Pegoretti teve a quebra de sigilo bancário e fiscal decretada pela Justiça de São Paulo, ontem. Ela é investigada por suspeita de corrupção passiva no caso que envolve o herdeiro Thiago Brennand, 43, que está preso preventivamente após ter sido extraditado dos Emirados Árabes.

Por meio de nota, a Secretaria da Segurança Pública informa que a delegada responde a procedimento administrativo e processo em andamento na Corregedoria. As apurações tramitam sob sigilo.

Além da quebra de sigilo de Pegoretti, a Justiça também determinou quebra de sigilo telefônico e telemático de Brennand.

Ela foi denunciada sob acusação de ter recebido R$ 250 mil para influenciar a condução da apuração e também para induzir o Ministério Público a arquivar o processo. A delegada investigou Brenannd pelos supostos crimes de sequestro e cárcere privado em Porto Feliz, no interior de São Paulo. Ele nega as acusações.

No relatório final de investigação, Pegoretti apontou denunciação caluniosa motivada por interesses financeiros. "Verificou-se que (Brennand) é indivíduo de porte agigantado, profissional em artes marciais, faixa preta de jiu-jítsu há mais de duas décadas, faixa preta em outras artes marciais, e não se encontrou qualquer registro de violência relevante em sua vida", diz o documento.

Esse processo contra Brennand chegou a ser arquivado a pedido do Ministério Público de Porto Feliz, mas foi reaberto após reportagem do Fantástico (TV Globo) revelar um histórico de problemas envolvendo o empresário, como novas suspeitas de agressões e estupros.

A suposta vítima do caso, que também se identifica como empresária e morava nos Estados Unidos, contou que chegou ao Brasil no dia 28 de agosto de 2021 para ficar com Brennand. Eles se conheciam havia anos, se reencontraram pelas redes sociais e resolveram passar uns dias juntos. Em dado momento ele teria tomado o aparelho celular dela à força, impedindo que ela mantivesse contato com pessoas fora da casa, segundo a acusação.

No processo administrativo aberto pela Corregedoria, ao qual a reportagem teve acesso, é relatado que o inquérito é inusitado, se comparado aos demais relatórios produzidos pela autoridade policial, "tanto pelo número de laudas como pela forma de elaboração, bem como por conter incisiva defesa do investigado".

GUERRA

# Rússia agora culpa EUA por suposto ataque ao Kremlin

Após alegar, sem evidências, que a Ucrânia estaria por trás de um suposto ataque com drone ao Kremlin com o objetivo de assassinar o presidente Vladimir Putin na quarta-feira passada, a Rússia voltou suas acusações para os Estados Unidos.

Em encontro regular com a imprensa ontem, o porta-voz do governo russo, Dmitri Peskov, afirmou que a Casa Branca "sem dúvidas" estava por trás do atentado, acrescentando, ainda sem apresentar provas, que "decisões acerca de ações do tipo não são feitas em Kiev, mas em Washington".

Os EUA refutaram as alegações horas depois. Em entrevista à rede MSNBC, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional do país, John Kirby, disse não só que as declarações eram falsas, como Washington não encoraja Kiev a promover ofensivas para além de suas fronteiras.

No dia anterior, a Ucrânia já havia negado qualquer envolvimento no episódio. "Lutamos em nosso território", disse então o líder ucraniano, Volodimir Zelenski, de passagem pela Finlândia para uma cúpula com os países nórdicos.

O incidente deixou uma série de questões no ar —a ponto de o secretário de Estado americano, Antony Blinken, dizer que tinha "um pé atrás" com qualquer informação vinda dos russos. E gerou especulações acerca de se o suposto ataque não se trata na verdade de uma operação de "bandeira falsa", isto é, quando um país simula um ataque contra si mesmo para iniciar uma guerra, retaliar rivais ou escalar uma situação.

A troca de acusações ainda se dá em um momento de escalada da guerra, causada pela expectativa de uma contraofensiva ucraniana iminente. Desde a semana passada, ataques aéreos em ambos os territórios têm sido cada vez mais frequentes.

Na madrugada desta quinta, a Rússia voltou a disparar drones e mísseis contra o território invadido segundo o Exército ucraniano, atingindo a capital, Kiev, e também um campus universitário em Odessa, cidade portuária no Mar Negro. Bombardeios na região de Donetsk danificaram uma usina elétrica, informou o Ministério da Energia. Não houve registros de vítimas.

DESAPARECIMENTO

# Irmã mais nova de Madeleine McCann fala pela 1ª vez do caso

Amelie McCann, 18, falou pela primeira vez em público desde quando a sua irmã mais nova, Madeleine, desapareceu com 3 anos. Amelie estava com seus pais, Kate e Gerry McCann, em uma vigília, na quarta-feira passada -data que que marca o 16º aniversário de um dos casos de desaparecimento mais famosos do mundo.

"É legal que todos estejam aqui reunidos, mas é uma ocasião triste", afirmou a garota. Seu irmão gêmeo, Sean, não compareceu ao evento em Rothley, na Inglaterra. Em meio a fotos de Madeleine, Amelie acendeu uma vela por sua irmã.

Amiga da família, Fiona Payne leu um poema durante a cerimônia, que também contou com um discurso do reverendo Rob Gladstone. "Nós estamos aqui esta noite para mostrar nossa amorosa preocupação por Madeleine e por todas as crianças que foram tiradas à força de suas famílias", afirmou o líder religioso. "Também estamos aqui para encorajar um ao outro a manter a esperança e orar por uma renovação de forças, mesmo depois de tanto tempo."

A criança britânica desapareceu em 3 de maio de 2007, nove dias antes de completar 4 anos, enquanto dormia no hotel onde a família passava férias no procurado destino de Algarve, em Portugal. Os pais jantavam com amigos em um restaurante próximo dali e haviam deixado os filhos no quarto.

O principal suspeito no caso, que até hoje permanece sem solução, é o alemão Christian Brückner. No ano passado, promotores da Alemanha o acusaram de três crimes de estupro e dois crimes de abuso sexual de crianças em Portugal entre 2000 e 2017 -acusações que não estão ligadas ao caso McCann.

Um tribunal da cidade de Braunschweig, porém, rejeitou as acusações no mês passado. O advogado de Brückner, Friedrich Fuelscher, afirmou à agência de notícias Reuters que a decisão significa que as autoridades do município não têm jurisdição sobre o desaparecimento de Madeleine.

O suspeito está preso na Alemanha por estuprar uma mulher de 72 anos na mesma região onde a criança desapareceu. Ele foi formalmente identificado como suspeito no caso de Madeleine no ano passado, às vésperas de o desaparecimento completar 15 anos.

Brückner viveu no Algarve entre 1995 e 2007 e, segundo documentos obtidos pela Reuters, cometia roubos a hotéis e flats da região. Ele também falsificava passaportes e foi pego roubando diesel de um porto.

Em junho de 2020, a polícia alemã disse que Madeleine foi dada como morta e que Brückner provavelmente foi o responsável, o que o suspeito nega.

CRACOLÂNDIA

# Abril registra menor número de furtos e roubos em 15 meses

O número de furtos e roubos registrados nos Distritos Policiais (DP) nas regiões dos Campos Elíseos e de Santa Cecília, no centro da capital paulista, alcançaram, em abril deste ano, o menor patamar em 15 meses, desde fevereiro de 2022. Os DPs concentram as ocorrências da Cracolândia. O levantamento foi realizado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP) a partir dos dados do sistema de monitoramento do cenas abertas de uso, que é atualizado semanalmente.

Os dois Distritos Policiais registraram 1.793 roubos e furtos no mês passado, ante 2.501 em março -uma diminuição de 28%. Já em fevereiro foram contabilizados 2.802 delitos do tipo e, em janeiro, 2.395. A última vez que a quantidade de furtos e roubos chegou a patamares inferiores ao registrado em abril deste ano foi em fevereiro do ano passado, com 1.756, ainda segundo a SSP. Em abril de 2022, esse índice era de 2.203. O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) vê com otimismo a situação. "A queda nos registros de roubos e furtos de abril mostram o que a batalha começou a ser vencida", diz o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite.

A SSP atribui a diminuição ao reforço no policiamento na região central de São Paulo com a Operação Impacto Centro, com 120 policiais e 80 motocicletas. E que as ações da Polícia Civil também foram ampliadas, com 50 agentes que investigam crimes na região. A secretaria diz ainda que, de janeiro a março deste ano, o número de suspeitos presos no centro da capital subiu 53% em relação ao mesmo período de 2022. Levantamento da Folha mostrou o entorno da cracolândia e a vizinhança da avenida Paulista lideram a alta de furtos do centro de São Paulo no 1º bimestre deste ano.

INGLATERRA

# Homem esconde corpo de colega em freezer e usa conta dele por 2 anos

Um homem admitiu ter escondido o corpo de um idoso em seu freezer por aproximadamente dois anos. Os dois dividiam apartamento em Birmingham, na Inglaterra.

Damion Johnson, 52, admitiu, na última terça-feira, que manteve o corpo de John Wainwright dentro de um freezer da propriedade onde os dois moravam. O idoso de 71 anos morreu em setembro de 2018, de causa não determinada, e seu corpo só foi encontrado em agosto de 2020.

Foram identificadas movimentações bancárias na conta do idoso, que continuou recebendo aposentadoria, entre setembro de 2018 e maio de 2020. Os registros mostram que o cartão teria sido usado para sacar dinheiro e pagar mercadorias, além de algumas transferências para a conta de Johnson.

Johnson foi acusado de falsidade ideológica, além de ter impedido o colega de ter um enterro legal.

O homem admitiu ter mantido o corpo em um freezer, entretanto, nega ter usado o dinheiro de Wainwright para uso pessoal. O julgamento de Johnson será em novembro deste ano.

REINO UNIDO

# Com R$ 11,3 bi, rei Charles III já é mais rico que sua mãe

É difícil estabelecer o tamanho do tesouro do rei Charles III, ainda que sua fortuna pessoal tenha sido estimada em £ 1,8 bilhão (R$ 11,3 bi). A dificuldade é que ela se divide entre dinheiro próprio, heranças da rainha Elizabeth II, reservas familiares, rendas advindas de sua atual posição como rei e fundos da época em que era príncipe.

É muito mais do que Elizabeth II acumulou em seus 70 anos de reinado. Quando a rainha morreu, em setembro passado, sua fortuna pessoal era estimada em £ 400 milhões (cerca de R$ 2,5 bi).

Mas as fortunas de Charles e da família real são tratadas como informações secretas pela monarquia, que não presta contas à população e ainda exerce privilégios impensáveis ao britânico comum.

Por exemplo: o imposto sobre herança no Reino Unido é de 40% --nos estados do Brasil, varia entre 2% e 8%. Mas a família real está isenta e, quando Elizabeth II morreu, sua fortuna foi transmitida aos filhos sem o pagamento de um único centavo aos cofres públicos.

Para exercer suas funções como rei, Charles recebe uma espécie de salário, o subsídio soberano, que vale por um ano. O último foi de £ 86 milhões (R$ 543 mi). Esse dinheiro é usado em deveres oficiais da realeza, como folha de pagamentos e manutenção doméstica.

O dinheiro do subsídio soberano vem de um fundo de bens da monarquia administrado pelo Crown Estate. Esse patrimônio inclui shopping centers, ruas inteiras da capital Londres e parques eólicos, entre outros. Como no caso da herança, não paga impostos.

O jornal inglês The Guardian publicou nas últimas semanas uma série de reportagens investigativas para tentar estabelecer o tamanho da riqueza real e, apesar de dizer que é "impossível saber o valor total de seu patrimônio", sua estimativa de £ 1,8 bilhão para Charles é duas vezes maior do que a imprensa costumava publicar.

Até então, o noticiário recorria à tradicional lista anual dos mais ricos do Reino Unido do jornal Sunday Times, e Charles figurava como tendo £ 600 milhões (R$ 3,8 bilhões).

O Guardian realizou uma auditoria abrangente, com a ajuda de doze especialistas, dos bens do rei, de centenas de imóveis e joias, passando por pinturas de Monet e Dalí, Rolls-Royces, selos raros e £ 27 milhões (R$ 170 milhões) apenas em cavalos.

Em resposta ao jornal, o porta-voz do rei disse: "Embora não façamos comentários sobre finanças privadas, seus números são uma mistura altamente criativa de especulação, suposição e imprecisão".

Seja como for, parte da riqueza de Charles vem de espertas negociações empresariais da época que era príncipe e responsável pelo Ducado da Cornualha. Estabelecido ainda no século 14, o ducado foi criado para gerar renda para o herdeiro do trono britânico.

O então príncipe transformou o ducado, antes visto como um amontoado de terras feudais, em uma companhia com CEO e 150 funcionários. Estima-se que, em 2020, tenha recebido £ 21 milhões (R$ 132 milhões) como lucro dessa empresa.

Após financiar as despesas de Charles por décadas, hoje o ducado está nas mãos do príncipe William, seu filho. Mas, em seu lugar, Charles herdou outro, o de Lancaster, que é ligado ao cargo de rei ou rainha.

Isso não cobre os custos de segurança, que são pagos pelo governo britânico, mas também mantidos em segredo. O governo, muitas vezes aliado do monarca em questões de sigilo, alega que a divulgação de um único valor para toda a família, sem nenhum outro detalhe, constituiria uma ameaça inaceitável à sua segurança.

"A realeza guarda com rigor os segredos de sua riqueza financeira, insistindo que ela é 'privada', mesmo quando é claramente fruto de suas funções públicas", anotou o Guardian. "

## Nota

### GUARDA CIVIL TENTA IMPEDIR MTST DE DISTRIBUIR MARMITAS NA PRAÇA DA SÉ

Agentes da GCM (Guarda Civil de São Paulo) tentaram impedir ontem a distribuição de marmitas pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) a pessoas em situação de rua na praça da Sé, no centro da capital. A Vigilância Sanitária foi acionada, e técnicos realizaram inspeção na cozinha do movimento, localizada na rua Venceslau Brás. A ação ocorreu por volta do meio-dia, e as marmitas, então, foram entregues. De acordo com a coordenadora geral da Cozinha Solidária do MTST, Cecília Gomes de Souza, a ação da GCM ocorreu pelo terceiro dia seguido.

**BELA VISTA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.**
**CNPJ/MF nº 47.312.779/0001-44 - NIRE 35.300.601.432**

**Ata de AGE realizada em 30/03/2023: 1.** Data, Hora e Local: Realizada em 30/03/2023, às 14h00min, na sede social Bela Vista Empreendimento Imobiliário S.A. ("Cia"), situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 5º andar – Parte B, Torre B1, conjunto 54, Sala 04, Vila Gertrudes - CEP: 04.794-000, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. **2.** Presença e Convocação: Dispensada face à presença das acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3.** Mesa: Srs. Rodrigo Costa Melo, Presidente; e Bruno Martins Guerra, Secretário. **4.** Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Cia; e (ii) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Cia. **5.** Deliberações: Instalada a sessão e cumpridas todas as formalidades legais, as Acionistas aprovaram a lavratura da presente Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, e deliberaram conforme abaixo: 5.1. Os Acionistas deliberam sobre a redução do capital social da Cia, por julgá-lo excessivo em relação aos objetivos da Cia, em R$ 6.000.000,00, mediante o cancelamento de 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A., passando o capital da Cia de R$ 20.001.000,00, dividido em 20.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R$ 14.001.000,00, dividido em 14.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.1.1. A Cia observará o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no artigo 174, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para oposição de credores para que a redução se torne efetiva, sendo que a data de início para exercício deste direito pelos credores será a publicação da presente ata no jornal. 5.1.2. O montante total a ser restituído às Acionistas será pago após transcorrido o prazo de oposição de credores descrito no item 5.1.1 acima, na proporção das participações de cada uma das Acionistas e sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado às Acionistas entre a data desta deliberação e o efetivo pagamento às Acionistas. 5.2. Em decorrência das deliberações supracitadas, o Artigo 5º do Estatuto Social da Cia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. O capital da Cia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R$ 14.001.000,00, dividido em 24.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."**6.** Quórum das Deliberações: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições. **7.** Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada no respectivo livro de registro de assembleias gerais da Cia, arquivado na sede social da Cia. Mesa: Rodrigo Costa Melo – Presidente; Bruno Martins Guerra – Secretário. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 30/03/2023. Mesa: Rodrigo Costa Melo – Presidente; Bruno Martins Guerra - Secretário